

RELATÓRIO DE GESTÃO
CONSOLIDADO
BIAL HOLDING, S.A.
2020



MISSÃO, VISÃO & VALORES | 7

RECURSOS HUMANOS | 8

BIAL NO MUNDO | 9

INDICADORES CHAVE | 10

1. COMPOSIÇÃO DO GRUPO BIAL | 119

2. ATIVIDADE DO GRUPO BIAL | 12

3. INVESTIGAÇÃO & DESENVOLVIMENTO | 14

4. SITUAÇÃO ECONÓMICO E FINANCEIRA | 18

5. QUALIDADE, SAÚDE, SEGURANÇA E AMBIENTE & IDI | 21

6. RESPONSABILIDADE SOCIAL | 22

7. FACTOS SUBSEQUENTES A 2020.12.31 | 24

8. PERSPETIVAS PARA 2021 | 27

9. ANEXOS | 31

I. BALANÇO ANALÍTICO | 32

II. DEMONSTRAÇÃO RESULTADOS CONSOLIDADOS | 35

III. DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO | 36

IV. DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA | 38

V. ANEXO CONSOLIDADO | 41

1. Introdução | 41

2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras | 41

3. Principais políticas contabilísticas | 42

4. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros | 72

5. Fluxos de Caixa | 72

6. Empresas incluídas na consolidação | 73

7. Empresas excluídas de consolidação integral | 73

8. Goodwill | 73

9. Alteração das empresas incluídas na consolidação | 73

10. Imposto sobre lucros | 74

11. Clientes | 76

12. Investimentos | 76

13. Ativos em poder de terceiros | 83

14. Outras créditos a receber e outras dívidas a pagar | 84

15. Estado e outros entes públicos | 84

16. Diferimentos e acréscimos | 85

17. Financiamentos obtidos | 85

18. Fornecedores de investimentos | 86

19. Provisões e Imparidades | 87

20. Vendas e serviços prestados | 87

21. Subsídios à exploração | 88

22. Trabalhos para a própria entidade | 88

23. Demonstração do custo das mercadorias e das matérias consumidas | 89

24. Fornecimentos e serviços externos | 89

25. Gastos com o pessoal | 90

26. Imparidades, reduções de justo valor, provisões e reversões | 92

27. Outros rendimentos | 92

28. Outros gastos | 93

29. Juros e rendimentos/gastos similares | 94

30. Crédito fiscal à investigação e desenvolvimento | 94

31. Investimentos em investigação e desenvolvimento | 94

32. Locações | 95

33. Risco Financeiro | 95

34. Qualidade e Ambiente | 98

35. Garantias prestadas | 100

36. Acontecimentos após a data do balanço | 101

37. Divulgações exigidas por diplomas legais | 101

CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS | 102

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL | 104



MISSÃO, VISÃO & VALORES

BIAL é uma empresa farmacêutica de inovação. Dedicados à investigação, desenvolvimento e comercialização de medicamentos, estamos empenhados em contribuir para a melhoria da qualidade de vida das pessoas em todo o mundo.

A Missão de BIAL é encontrar, desenvolver e fornecer soluções terapêuticas na área da Saúde.

Tendo como linhas estratégicas a qualidade, a investigação e desenvolvimento e a internacionalização, somos motivados pela **Visão** que nos inspira:

Ser uma empresa de dimensão internacional baseada em medicamentos inovadores próprios.

Os **Valores** que nos orientam refletem a nossa identidade:

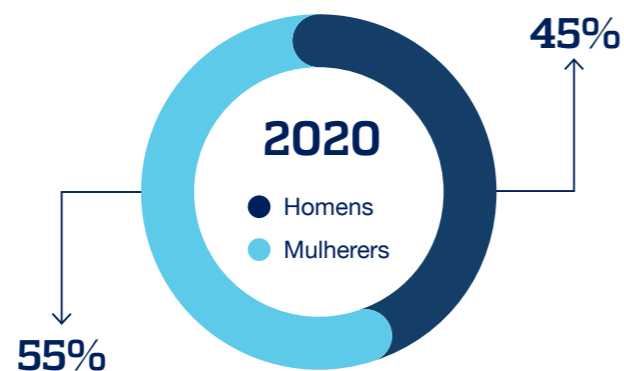
- **Ao Serviço da Saúde**
- **Aposta na Qualidade e na Inovação**
- **Excelência da investigação científica**
- **Integridade e elevados padrões de ética**
- **Rigor, responsabilidade e trabalho em equipa**
- **Respeito pelos valores universais**

Bial
Keeping life
in mind.

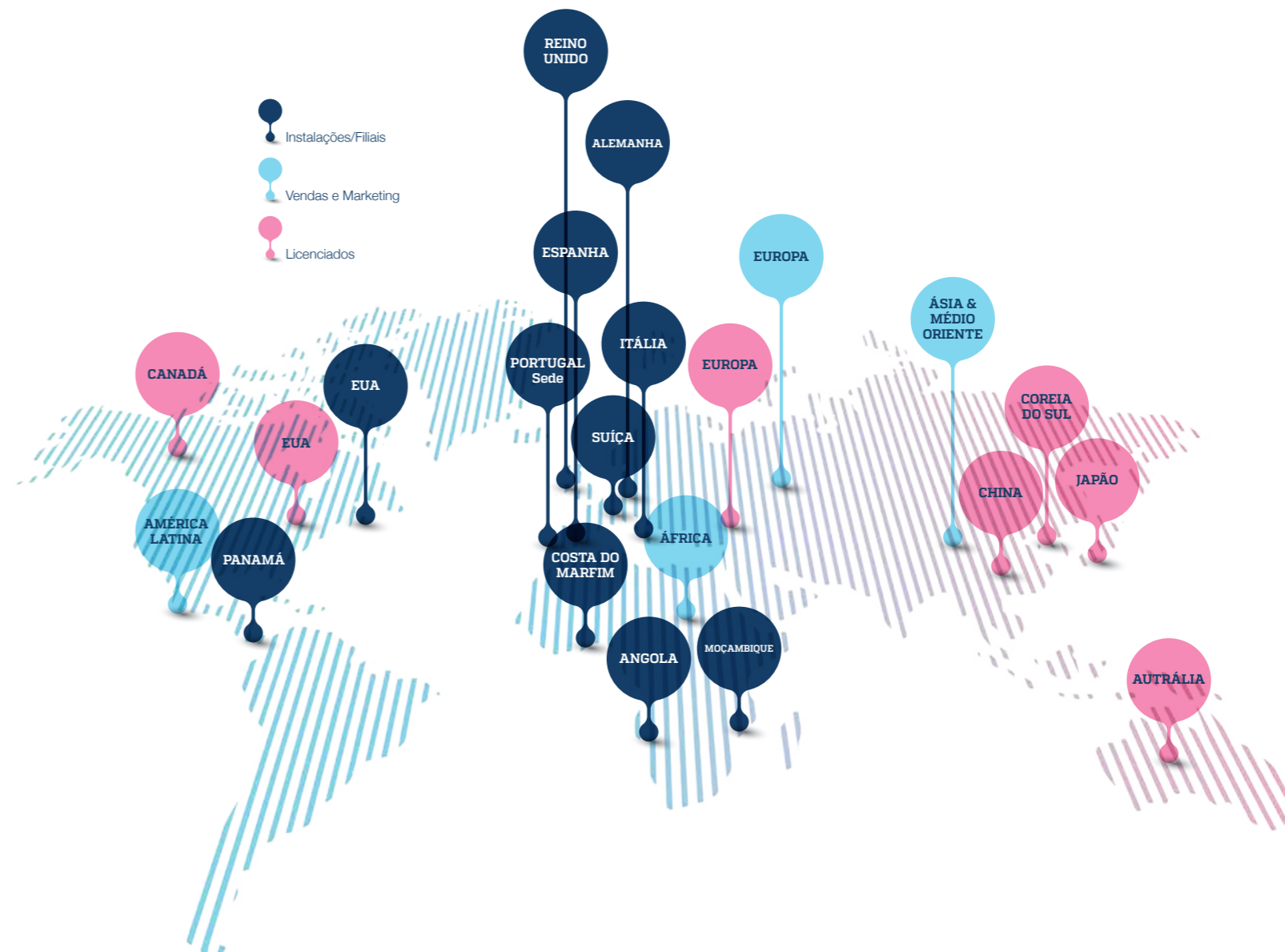
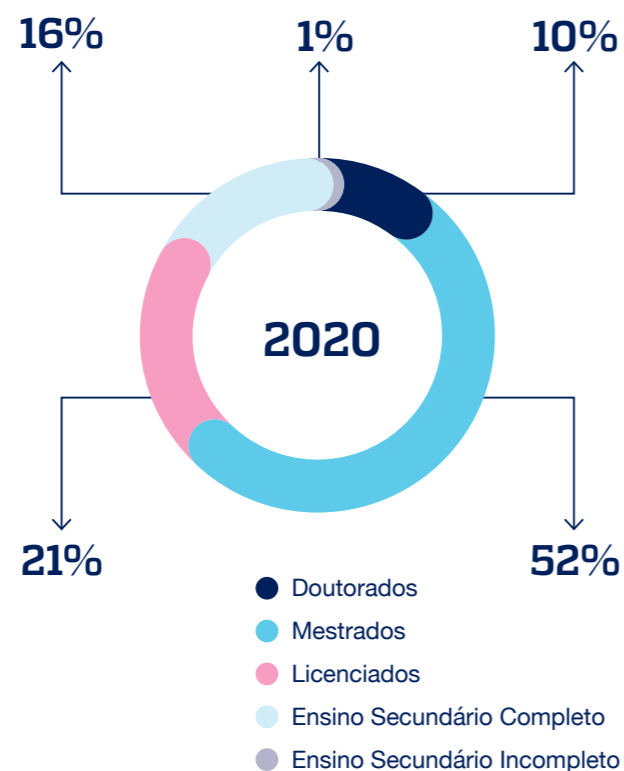
RECURSOS HUMANOS

BIAL NO MUNDO

Distribuição por género



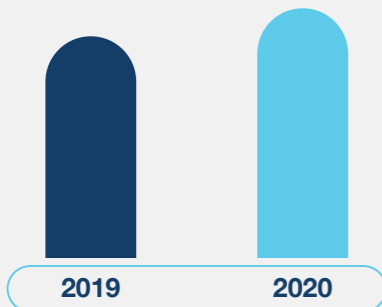
Habilitações literárias



INDICADORES CHAVE

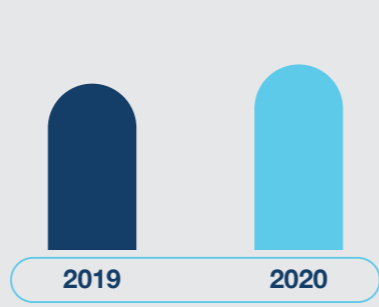
Volume de Negócios

293 M€ 330 M€



Investimento em I&D

45,1 M€ 50,3 M€



Recursos Humanos Grupo

868
GRUPO
colaboradores



Internacionalização

73%
GRUPO
vendas fora de Portugal



Principais Áreas Terapêuticas

- Sistema Nervoso Central
- Antidiabéticos
- Sistema Respiratório
- Área Cardiovascular
- Sistema Músculo-esquelético
- Antianémicos
- Antibióticos

1. COMPOSIÇÃO DO GRUPO BIAL

O Grupo BIAL, cuja empresa mãe é BIAL Holding S.A., era constituído em 2020.12.31 por dezassete empresas, dez das quais no estrangeiro, e um escritório de representação na Costa do Marfim.

Em Portugal, a BIAL Holding, S.A. tem participações de 100% em seis empresas (BIAL - Portela & C^a, S.A., MediBIAL - Produtos Médicos e Farmacêuticos S.A., BIALport - Produtos Farmacêuticos S.A., InterBIAL - Produtos Farmacêuticos, S.A., BIAL - Consumer Health S.A. e Bial - R&D Investments S.A.). Esta última empresa foi constituída em junho de 2020, com um capital social de € 8,0M, com sede na Trofa, e cuja atividade é a realização e gestão de projetos de investigação com o objetivo de descobrir novos medicamentos para uso humano.

Em Espanha, BIAL Holding, S.A. tem uma posição direta de 100% no capital de Laboratorios BIAL, S.A.

Na Alemanha, BIAL Holding, S.A. tem uma posição direta de 100% no capital de BIAL Deutschland GmbH.

No Reino Unido, BIAL Holding, S.A. tem uma posição direta de 100% no capital de BIAL Pharma UK Limited.

Em Itália, BIAL Holding, S.A. tem uma posição direta de 100% do capital de BIAL Italia, S.r.l.

Em Angola, BIAL Holding, S.A. tem o controlo de 100% de BIAL Angola, S.A., 67% diretamente e 33% através de BIAL Portela & C^a, S.A.

Em Moçambique, BIAL Holding, S.A. tem o controlo de 100% da Medimport - Importação, Exportação e Distribuição, Lda., 92,5% diretamente e 7,5% indiretamente através de BIAL - Portela & C^a, S.A.

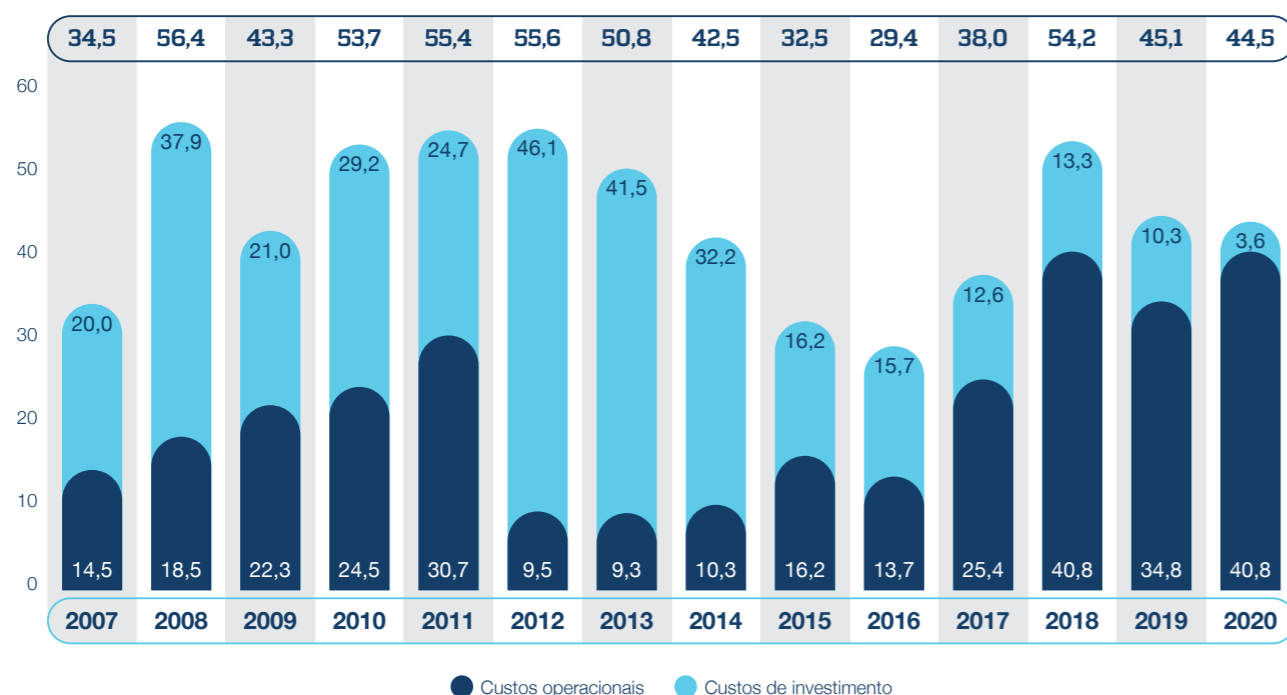
Na Suíça, BIAL Holding, S.A. tem uma participação direta de 90% na Novipharma S.A. e em 2018 foi criada a empresa BIAL S.A., participada a 100% pela BIAL Holding S.A..

Nos EUA, a BIAL Holding tem uma participação indireta de 100% na BIAL - Biotech Investments Inc., que é detida a 100% pela BIAL - R&D Investments S.A.. A empresa, com escritórios em Cambridge - Boston, dedica-se a projetos de investigação biotecnológicos na área da doença de Parkinson e outras doenças degenerativas.

No Panamá, BIAL Holding, S.A. tem uma participação direta de 100% na BIAL América Latina.

Na Costa do Marfim tem um escritório de representação.





12

2. ATIVIDADE DO GRUPO BIAL

Em 2020, o volume de negócios consolidado foi de € 329,7M, um crescimento de 13% face ao ano anterior. Esta evolução resulta de um crescimento das vendas de 12% e de um crescimento dos serviços prestados de 21%, face ao ano anterior. Uma evolução muito positiva considerando as condicionantes resultantes da pandemia Covid-19, que afetou especialmente os medicamentos lançados em 2020. E, nessas circunstâncias, temos Ongentys lançado em quatro novos mercados – EUA, Japão, Coreia do Sul e Suíça – e dois novos antidiabéticos em Portugal.

As vendas foram de € 291,4M, tendo crescido € 30,6M, devido, fundamentalmente, ao crescimento das vendas nos EUA (+ € 14,2M), Japão (+ € 9,8M) e Alemanha (+ € 3,6M). A maioria dos países teve

uma evolução positiva mas, é de destacar, a evolução negativa das vendas em Angola (- € 2,8M) e Moçambique (- € 1,2M), resultante de uma conjuntura económica muito negativa, agravada pela pandemia Covid-19, a par de uma fortíssima desvalorização cambial das moedas nacionais. No entanto, mantiveram as suas posições de liderança em ambos os mercados, uma vez que o efeito da pandemia foi transversal a todas as empresas. Numa análise por produto, para esta evolução global das vendas, foi decisivo o Ongentys, cujas vendas passaram de € 30,5M para € 52,8M, i.e., representou mais de 70% do crescimento das vendas em 2020. É de realçar que Ongentys passou a ser comercializado em nove países, incluindo os três maiores mercados da doença de Parkinson (EUA, Japão e Alemanha), pelo que

está presente em cerca de 80% do mercado mundial, em valor. O seu potencial de crescimento é muito grande a médio prazo, prevendo-se no corrente ano o seu lançamento em mais alguns países. No entanto, Zebinix\Aptiom continua a ser o produto de maior faturação do Grupo, o que se manterá em 2021. No ano passado, os dois mercados de maior importância foi o norte-americano (€ 65,4M) e o espanhol (€ 50,5M), com um grande diferencial para os restantes. Em Portugal, ocorreu a entrada de genéricos de Zebinix no segundo semestre, o que originou uma descida do seu preço para garantir a sua competitividade e um menor esforço financeiro para o paciente. No entanto, foi ainda possível manter a sua faturação em € 6,3M, o que não acontecerá em 2021, em que se prevê a sua redução.

Em 2020, reforçou-se o peso na faturação dos medicamentos de investigação Bial, que representaram 54% das vendas (€ 186M) - Zebinix\Aptiom com vendas de € 133M e Ongentys com € 53M. Por áreas terapêuticas, o Sistema Nervoso Central representa 62% das vendas, seguindo-se o Sistema Respiratório com 8%, o Cardiovascular com 6%, e o Sistema Digestivo e Metabólico com 5%. Por país, Espanha, Portugal e EUA são os principais mercados.

Os serviços prestados foram de € 38,3M (+ 21% face a 2019), dos quais € 11,0M respeitam a serviços em Portugal de natureza promocional e € 27,1M a “milestones” relativos a contratos de licenciamento de Ongentys (EUA, USD 20M; Japão € 8,6M; Taiwan € 0,1M). Nos próximos anos, podem ascender a € 93M os “milestones” a receber decorrentes dos contratos de licença assinados até à data.

A composição do volume de negócios por área geográfica evidencia a forte internacionalização do Grupo BIAL, em que 82% do “turnover” é proveniente do exterior, incluindo serviços prestados e transferências de tecnologia. Os EUA representaram 27% da faturação (€ 90M), Espanha representou 26% (€ 87M), e Portugal 22% (€ 71M). O Japão ocupa a 4ª posição com 6% da faturação (€ 19M) e a Alemanha a 5ª posição com 5% (€ 17M). É um perfil muito interessante e só possível com os resultados da I&D de Bial, com dois medicamentos inovadores comercializados nos países mais desenvolvidos do mundo.

Espanha teve nos últimos anos uma forte dinâmica comercial, mas, em 2020, o seu crescimento foi de 2,7%, refletindo o forte impacto da pandemia Covid-19. O seu principal produto continua a ser Zebinix, e assiste-se a um crescente peso de Ongentys e da sua área respiratória. No ranking do mercado farmacêutico ambulatorio, informação IQVIA, BIAL ocupava, em 31 de dezembro 2020, a 34ª posição, naquele que é o quinto maior mercado europeu.

Nos EUA, em 2020 a presença de BIAL passou a contar com dois medicamentos, com Ongentys a ser lançado em setembro. A par das exportações dos dois produtos, foi igualmente importante o recebimento de USD 20M (€ 18,4M) relativo a um “milestone” do contrato de licenciamento de Ongentys à Neurocrine. Aptiom continua a apresentar uma boa dinâmica, estando licenciado à Sunovion, com exportações de € 65,4M. Com Ongentys foram faturados € 4,5M. Como previsto, reforçou-se a dimensão do mercado norte-americano para Bial, representando € 90M. Prevemos a continuação de uma boa dinâmica comercial dos dois medicamentos em 2021.

Em Portugal, a venda e a prestação de serviços promocionais foi de € 71,0M, um crescimento de 8%, para o que contribuiu especialmente os produtos lançados em 2018\19. Os lançamentos realizados em março de 2020, Edistride e Ebymect, antidiabéticos de uma nova classe terapêutica (iSGLT2), tiveram um contributo muito abaixo do estimado devido à pandemia Covid-19. Com a substancial redução das consultas médicas em 2020, especialmente as presenciais, e o “afastamento” dos pacientes dos centros de saúde e hospitais, foi reduzida a identificação de novos doentes, e aumentou a dificuldade dos médicos em alterarem prescrições crónicas. A par do mencionado, a redução da comunicação médica, especialmente nos períodos de confinamento, criaram as condições para a não prescrição de novos medicamentos. Em 31 de dezembro de 2020 BIAL

Bial
Keeping life
in mind.

13

ocupava a 8ª posição do mercado farmacêutico ambulatório, informação IQVIA.

A Península Ibérica é um mercado com dimensão mundial, sendo um dos cinco grandes mercados europeus, a par da Alemanha, Reino Unido, França e Itália. Este espaço geográfico é o oitavo maior mercado mundial, sendo BIAL uma das maiores empresas no mercado ibérico. Continuará a ser um dos pilares do Grupo nos próximos anos, a par dos restantes mercados da União Europeia, Reino Unido, EUA, e Japão. A partir de 2022 estimamos estar presentes na China com Ongentys, um dos mercados com maior potencial de crescimento a médio prazo.

Em 2020, tivemos na Alemanha, Itália, Reino Unido e Suíça uma presença direta na comercialização e promoção de Ongentys através das nossas filiais, a par da promoção em parceria com a EISAI de Zebinix, com exceção da Suíça, onde o produto não esteve comercializado. Foi o último ano em que se manteve esta parceria, uma vez que em fevereiro pp terminou o contrato de licenciamento à EISAI de Zebinix, passando Bial a comercializar e promover em exclusividade esse medicamento. É uma nova etapa no processo de internacionalização e de consolidação de Bial na Europa.

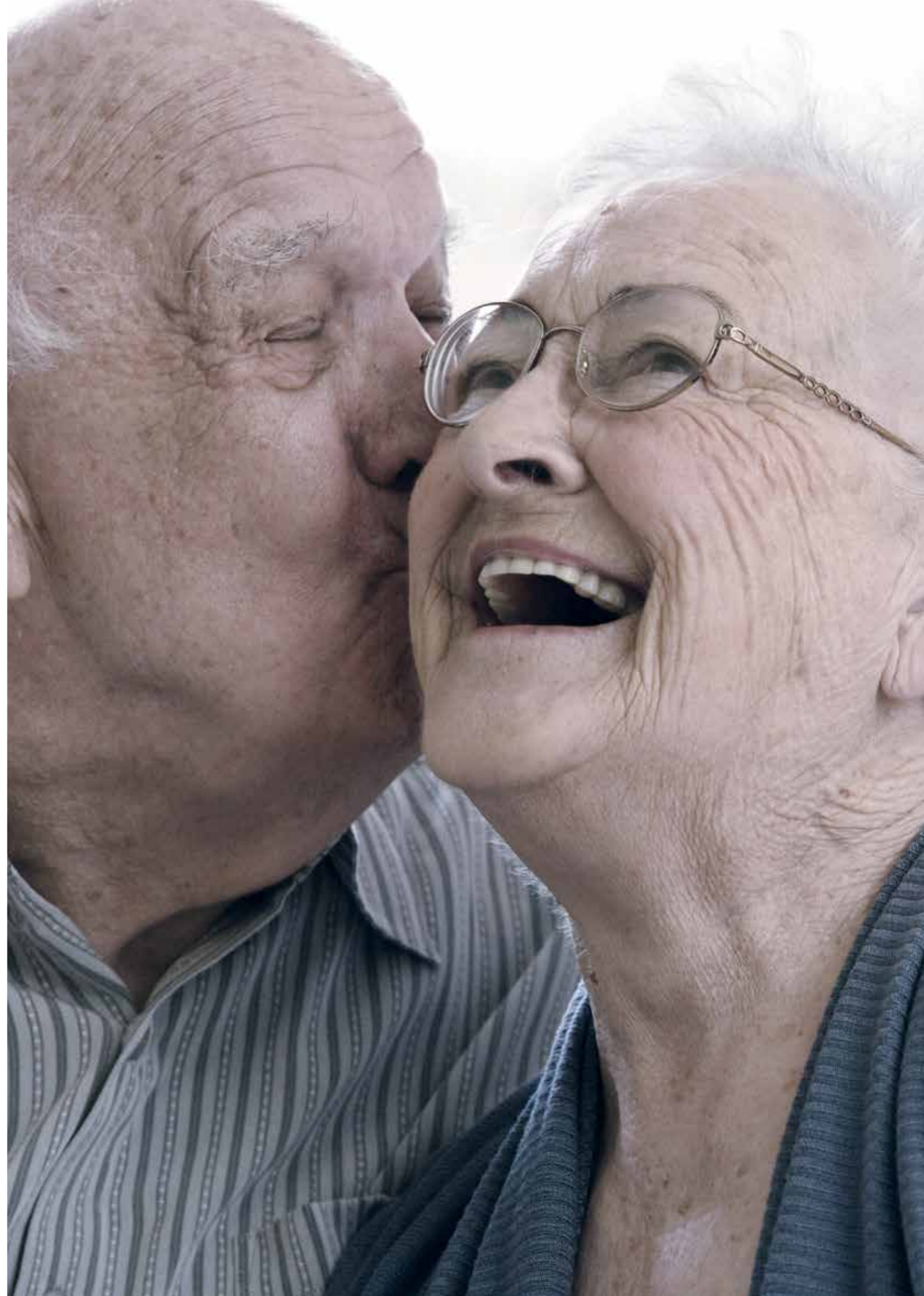
Nos países emergentes, a evolução comercial foi globalmente negativa, mantendo-se Moçambique e Angola como os dois principais mercados. Em Moçambique as vendas foram de € 7,8M, inferiores às de 2019 (€ 9,0M) e, em Angola, as vendas foram de € 3,7M, um forte decréscimo face a 2019 (€ 6,5M). As principais causas para esta evolução residiram na forte crise económica e social em ambos os países, agravada pelos efeitos da pandemia Covid-19 e uma forte desvalorização cambial das suas moedas. Nos restantes países emergentes a situação foi mais favorável, sendo de destacar as vendas de € 5,4M para os French West Africa, valor idêntico ao de 2019. Ao contrário do previsto, não se iniciou a atividade no México, para o que também contribuiu o efeito da pandemia nesse país, que dificultou os registos dos produtos e as negociações com os potenciais distribuidores.

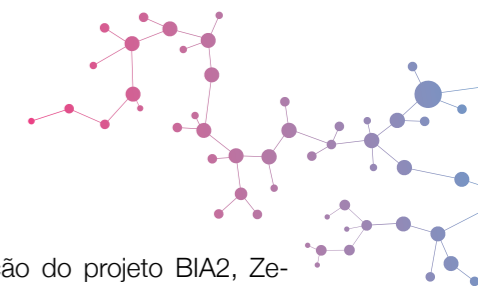
São globalmente positivas as perspetivas de crescimento para 2021 nos diversos países em que BIAL está presente, particularmente nos EUA, Japão e na maioria dos países europeus. Pensamos que poderá ser possível recuperar vendas nos mercados emergentes, embora com um grau de incerteza ainda muito elevado.

3. INVESTIGAÇÃO & DESENVOLVIMENTO

O Grupo BIAL implementou, desde a década de noventa, um importante e ambicioso projeto de I&D focalizado no sistema nervoso central e na área cardiovascular. Em 2007, iniciou-se o retorno financeiro do investimento, com a assinatura do primeiro contrato de licenciamento de uma nova molécula farmacêu-

tica de raiz portuguesa (medicamento antiepiléptico inovador, cujo princípio ativo é o acetato de esclicarbazepina, comercializado com duas marcas a nível mundial – Zebinix (Europa) e Aptiom (EUA e Canadá). Seguiu-se em 2008 o acordo de licença para a Europa do mesmo medicamento.





Em 2013, é de assinalar o primeiro licenciamento de um novo medicamento para a doença de Parkinson investigado por BIAL, à empresa farmacêutica ONO para o Japão, cujo princípio ativo tem a designação de Opicapone e comercializado com a marca Ongentys. Finalmente em 2020 esse medicamento foi aprovada pela PMDA (Pharmaceuticals and Medical Drugs Administration) e iniciada a sua comercialização no Japão. Assim, num período de cinco anos, BIAL passou a ter dois medicamentos inovadores, licenciados para os mercados mundiais mais importantes, garantia de um forte potencial comercial a médio e longo prazo, como se veio a concretizar.

Recordamos que, em 2009, é lançado em alguns países da União Europeia o Zebinix, a que se seguiram outros mercados, sendo de destacar o dos EUA, em 2014, com a marca Aptiom. Em 2020, como já foi referido, o nosso antiepiléptico faturou € 133M, contribuindo de forma decisiva para a dimensão e crescimento de BIAL.

Em 2016 é iniciada a comercialização de Ongentys na Alemanha e Reino Unido, a que se seguiram os lançamentos em Espanha, Itália e Portugal. Em 2020 foi lançado nos EUA, Japão, Coreia do Sul e Suíça, com a sua faturação a atingir os € 53M, com um forte potencial de crescimento nos próximos anos, quer nos mercados em que já está comercializado, quer nos países em que será comercializado nos próximos anos. A médio prazo, Ongentys virá a ser o medicamento que mais contribuirá para a faturação do Grupo.

Podemos afirmar que a I&D de BIAL teve, e terá, um impacto muito relevante no crescimento do Grupo nos últimos anos e no futuro. É uma satisfação e um orgulho contribuímos para a saúde de muitas dezenas de milhares de doentes em todo o mundo com epilepsia e doença de Parkinson, através de medicamentos inovadores com elevado valor acrescentado terapêutico. E acreditamos que, a médio prazo, novos medicamentos serão disponibilizados para uma melhor saúde dos pacientes, para o que estamos a reforçar a nossa equipa de I&D.

Os trabalhos de investigação do projeto BIA2, Zebinix/Aptiom continuam com o objetivo de obter um melhor conhecimento sobre as suas características clínicas e potenciar a sua utilização nos diversos perfis dos doentes antiepilépticos. Assim, estão em curso alguns estudos clínicos que visam robustecer o conhecimento sobre o medicamento e facilitar a sua utilização terapêutica.

O projeto BIA9, relativo ao Ongentys (opicapone), tem um importante conjunto de estudos e ensaios clínicos em curso quer de fase IV, quer de fase III. Os primeiros, para reforçar o conhecimento sobre o medicamento na prática clínica corrente, com diversos perfis de doentes. O ensaio de fase III para permitir avaliar a eficácia do Ongentys em estados menos avançados da doença de Parkinson, o que aumentará o seu potencial de prescrição se essa eficácia for demonstrada.

É de grande significado para BIAL ter dois medicamentos de investigação própria comercializados a nível mundial, credibilizando a qualidade da sua I&D e garantindo a médio prazo o seu crescimento sustentado.

O projeto BIA5, cujo princípio ativo tem a designação internacional de Zamicastat, e em que está prevista como indicação terapêutica a hipertensão pulmonar arterial, continua a ser objeto de um investimento importante. Em 2020, foram realizados ensaios clínicos de fase I e II na Europa. É igualmente de salientar que foi aprovado pela FDA o estatuto de medicamento órfão, o que possibilita uma maior celeridade processual. No corrente ano ir-se-á iniciar nos EUA, e em outros países, ensaios clínicos de fase IIb para estudar a eficácia terapêutica desta nova molécula, no tratamento de uma doença com reduzidas opções terapêuticas e cujos doentes tem uma esperança de vida relativamente curta.

Em agosto de 2020, foi celebrado um acordo de compra com a empresa biotecnológica americana Lysosomal Therapeutics Inc. relativo a um conjunto de ativos intangíveis, incluindo patentes e outros direitos de propriedade intelectual, relacionadas com um medicamento em investigação clínica para a doença de Parkinson e outros projetos em fase pré-clínica. Essa aquisição permitiu constituir uma equipa de investigadores, baseada nas instalações da Bial Biotech Investments Inc. localizadas em Cambridge – Boston, especializada em biotecnologia da saúde e que será a responsável por dar continuidade ao desenvolvimento desses projetos. O agora designado BIA28, potencial medicamento para doentes de Parkinson com uma mutação genética específica que cria o aparecimento precoce da doença e a sua rápida evolução, está já em fase clínica, prevendo-se que em 2022 se possa iniciar um ensaio de fase IIb nos EUA. É um reforço significativo da I&D de Bial, com agora dois polos de investigação e novos projetos.

Os restantes projetos estão em fase pré-clínica pelo que ainda há um longo programa de trabalho a implementar, sendo ainda prematuro avaliar o seu potencial terapêutico.

4. SITUAÇÃO ECONÓMICO E FINANCEIRA

A estrutura económica e financeira do Grupo é equilibrada e tem sido reforçada nos últimos anos. Foi possível compatibilizar essa estrutura com o forte programa de investimentos em I&D. Foram os resultados da nossa investigação que foram determinantes para a dimensão atual do Grupo e continuarão a ser a médio e longo prazo.

Em 2020, os investimentos em investigação e desenvolvimento totalizaram € 50,3M (€ 45,1M em 2019), repartidos por:

- Despesas correntes de funcionamento, no valor de € 42,2M, excluindo amortizações; e

- Aquisições para o ativo intangível e tangível, no valor de € 8,1M;

As amortizações de I&D foram de € 21,9M. Como gastos do exercício foram contabilizados € 69,9M associados à I&D, o que reflete o enorme e persistente esforço financeiro de BIAL com os seus projetos de investigação.

Dos contratos de licenciamento realizados com empresas terceiras, estão previstos a médio prazo receitas de € 93M, o que será um contributo importante para o autofinanciamento do investimento em I&D. No entanto, e como já referido anteriormente, o grande contributo da investigação Bial são os dois medicamentos de investigação em comercialização, que representaram 54% das vendas do Grupo em 2020.

Foi com confiança que Bial reforçou em 2020 o seu investimento em I&D a pensar no seu desenvolvimento sustentado e manterá essa linha de rumo estratégica.

Os Resultados Líquidos do Grupo, em 2020, foram de € 43,8M, dos quais € 41,6M atribuíveis aos detentores do capital da empresa mãe, BIAL Holding, e

€ 2,1M aos interesses minoritários. O EBITDA foi de € 84,5M e os Resultados Operacionais de € 55,4M. Nestes resultados estão incluídos € 64,1M de custos associados à I&D, como referido no ponto anterior. Os resultados financeiros foram negativos (€ 5,7M), de que resultaram resultados antes de impostos de € 49,7M.

Os Capitais Próprios são de € 281,6M, o Passivo de € 272,5M e o Ativo de € 554,1M, o que reflete um balanço saudável, com indicadores de solvabilidade e autonomia financeira positivos. O financiamento líquido é de € 117,5M, o que representa 1,4 vezes o EBITDA, rácio muito positivo per se, mas ainda mais favorável uma vez que a grande maioria do investimento em I&D é contabilizado em custos do exercício, isto é, já está deduzido no EBITDA.

BIAL - Portela & C^a, S.A. centraliza a atividade de I&D do Grupo, assim como a atividade comercial em Portugal, além das exportações para vários mercados, constitui a empresa de referência do Grupo. A sua faturação foi de € 241,5M e o seu EBITDA de € 61,5M. Os seus Resultados Líquidos foram de € 27,0M. O Ativo Líquido é de € 459,5M, o Passivo de € 266,1M e os Capitais Próprios de € 193,4M.

A filial em Espanha apresentou um volume de negócios de € 86,2M, com um crescimento de 3%. O contributo do seu resultado líquido para as contas consolidadas foi de € 5,0M. O mercado espanhol é prioritário para BIAL e continuará a ser através de crescimento orgânico, baseado especialmente em Zebinix, Ongentys, Biresp e Gregal. Assim, o sistema nervoso central e a área respiratória serão os “drivers” da atividade em Espanha.

A Novipharma teve em 2020 um importante contributo para as contas do Grupo, com uma faturação de CHF 52,6M, + 6% face a 2019, e um resultado líquido de CHF 22,6M superior em 28% face ao do ano anterior.

A Medimport teve um volume de negócios de € 6,4M (-6%) e um resultado líquido negativo de € 1,2M. Para isso contribuiu a crise económica vivida em Moçambique, associada a uma forte desvalorização do metical, que teve consequências muito negativas nos

resultados da empresa (perdas cambiais de € 2,2M). É de salientar que Medimport é líder do mercado ambulatório em Moçambique, para o que contribui ser a gama de produtos BIAL a líder desse mercado.

BIAL Itália contribuiu para a faturação consolidada do Grupo em € 8,3M, um crescimento de 15% face a 2019. Teve um resultado líquido negativo de € 1,1M. Não obstante o resultado líquido negativo, há uma evolução muito favorável da sua atividade e prevê-se que em 2021-2022 já possa apresentar resultados positivos.

As restantes filiais do Grupo não têm significado nas contas consolidadas do Grupo uma vez que a sua atividade é quase exclusivamente realizada com a BIAL - Portela & C^a, S.A., pelo que é anulada em termos de consolidação contabilística.

Em conclusão, 2020 caracterizou-se por uma dinâmica comercial positiva, crescimento do “turnover” de 13%, uma evolução moderada dos custos operacionais abaixo de crescimento do “turnover”, estabilização das amortizações, e redução dos custos financeiros, de que resultou um aumento da rentabilidade e a melhoria dos indicadores económicos e financeiros.



5. QUALIDADE, SAÚDE, SEGURANÇA E AMBIENTE & IDI

Na sequência da avaliação das ações realizadas e dos resultados obtidos em 2020, em linha com os anos anteriores, o Sistema Integrado de Gestão da Qualidade, Saúde, Segurança e Ambiente e o Sistema de Gestão da Investigação, Desenvolvimento e Inovação (IDI) estão adequados à política da Empresa, refletindo os princípios, propósitos e valores do Grupo BIAL. Ao longo do ano, os sistemas foram avaliados com realização de inúmeras auditorias externas e internas, assim como pela monitorização dos indicadores de gestão. A Qualidade, Saúde, Segurança e Ambiente, assim como o IDI, são uma prioridade na estratégia da Empresa, sendo permanente e transversal às diferentes áreas funcionais.

No que respeita à política da Qualidade e IDI, é de salientar:

- O Sistema de Gestão da Qualidade encontra-se implementado desde 2001 e em 2020 foi realizada com sucesso a auditoria de acompanhamento, mantendo-se a certificação pela Norma ISO 9001:2015.
- Foi realizada igualmente com sucesso uma auditoria de acompanhamento ao Sistema de Gestão Ambiental, em conformidade com a norma ISO 14001:2015, mantendo-se a respetiva certificação.
- Em 2020 foi realizada com sucesso a migração para a nova norma ISO 45001:2018, com uma auditoria de migração, mantendo-se a certificação do Sistema de Gestão de Saúde e Segurança.
- Foi ainda realizada com sucesso a auditoria de acompanhamento ao Sistema de Investigação,

Desenvolvimento e Inovação (IDI), em conformidade com a norma NP 4457:2007, mantendo-se a respetiva certificação pela LusAENOR.

- Consolidação das Boas Práticas (Clínicas, de Fabrico e de Laboratório), comprovada por diversas auditorias externas e internas.
- Manutenção do certificado GMP (Good Manufacturing Practices) pelo Infarmed para o fabrico de medicamentos de uso humano e medicamentos experimentais.
- Em 2020 ocorreu a inspeção para a renovação do certificado GDP (Good Distribution Practices) pelo Infarmed para a distribuição de medicamentos de uso humano.
- Estão em desenvolvimento novos projetos, dando continuidade ao trabalho realizado nos últimos anos, com o objetivo de continuar a implementar as melhores práticas nas diversas áreas operacionais.

Em termos globais conclui-se:

Estão implementadas metodologias de trabalho que garantem a identificação e avaliação dos requisitos das partes interessadas, no sentido de garantir o cumprimento das disposições por estas estabelecidas, assim como dos requisitos legais e das normas de referência aplicáveis ao Sistema de Gestão Inte-

grado de Qualidade, Saúde, Segurança e Ambiente e ao Sistema de Gestão da Investigação, Desenvolvimento e Inovação.

Os relatórios anuais “Performance Analysis - Quality, Health & Safety and Environment 2020” e “RDI Ma-

nagement System - 2020 Performance Evaluation” traduzem, através de diversas métricas, o referido nos pontos anteriores e apresentam linhas de ação para a melhoria contínua dos indicadores de desempenho.

6. RESPONSABILIDADE SOCIAL

O Grupo Bial reforçou em 2020 a sua política ativa de responsabilidade social, sendo a principal razão os efeitos negativos da pandemia Covid-19. Nesse sentido foi criado no âmbito da Bial – Portela & C^a, S.A. um fundo de € 0,5M para apoiar instituições que necessitassem do nosso apoio e iniciativas da sociedade civil com a mesma finalidade. A par da gestão desse fundo, manteve a sua participação em numerosas instituições de utilidade pública que têm como objetivo a promoção da qualidade de vida das pessoas, a cultura, a saúde, a qualidade do ambiente, e a investigação e desenvolvimento. É de destacar a presença de Bial como membro fundador da Fundação BIAL, entidade de utilidade pública criada em 1984, conjuntamente com o Conselho de Reitores das Universidades Portuguesas. Organização de simpósios, atribuição de bolsas de investigação, e atribuição dos Prémios BIAL são as suas principais atividades. Em março de 2020, foi entregue a primeira edição do “Bial Award in Biomedicine”, edição 2019, no valor de € 300'000, cuja cerimónia foi presidida por Sua Exa. o Senhor Presidente da República. É um prémio de âmbito internacional, que visa premiar e reconhecer uma obra publicada, após 2010.01.01, de alta qualidade e de relevante impacto científico na área da medicina. É de salientar que nessa cerimónia, o Chairman de Bial e da Fundação Bial, Sr. Doutor Luís Portela, foi agraciado pelo Senhor Presidente da República com a Grã-Cruz da Ordem da Instrução Pública.

Em 2020, o principal contributo financeiro foi de Bial - Portela & C^a, S.A., que concedeu € 3,1M de donativos a diversas entidades, para além de outros patrocínios e apoios não financeiros a múltiplas iniciativas da sociedade civil e que se enquadram no âmbito da sua política de mecenato.

BIAL tem como missão desenvolver e fornecer soluções terapêuticas na área da Saúde, procurando melhorar a qualidade de vida das pessoas, contribuindo para o desenvolvimento da sociedade, conciliando a sua atividade, nomeadamente a produtiva e de I&D, com o meio ambiente e o bem-estar das pessoas. Os seus dois medicamentos de investigação própria para a epilepsia e a doença de Parkinson são o melhor exemplo da sua missão, contribuindo para o bem estar de muitos doentes em todo o mundo.

BIAL aposta continuamente na melhoria qualitativa e na formação contínua dos seus colaboradores, dos quais mais de 80% têm um grau académico universitário. Uma sólida formação académica é essencial para a obtenção de níveis de desempenho elevados, com valor acrescentado significativo em todas as áreas funcionais. A par dessa formação de base, há uma preocupação permanente em ter uma adequada formação, interna e externa, a todos os colaboradores de forma a se acompanhar o desenvolvimento da ciência, em especial nas áreas da saúde, independentemente do país em que residem e das funções que exercem.

BIAL mantém o seu apoio a instituições culturais, científicas, de solidariedade social e educacional. O apoio, no âmbito do mecenato, abrange fundações culturais (artísticas, musicais, entre outras), fundações científicas, organizações de intervenção social, organismos de saúde e de educação, nomeadamente Universidades. Deste modo, BIAL procura concretizar um objetivo de responsabilidade social, assumindo a promoção do bem-estar da sociedade e do seu desenvolvimento transversal - cultural, científico, social, educacional e ambiental. Em 2020, como referido, foi reforçada o apoio social através do Fundo Covid Bial, no valor de € 0,5M.

O Grupo está associada a diversas iniciativas da sociedade civil e colabora com diversas entidades de vários países, com participação ativa na sua concretização, quer através de apoio financeiro, quer diretamente na sua realização, com a intervenção dos seus mais diversos colaboradores, nomeadamente dos membros dos seus órgãos sociais.

É nosso objetivo continuar a desenvolver com os diversos parceiros, públicos e privados, atividades que contribuam para o bem-estar da sociedade e seu desenvolvimento humano.

7. FACTOS SUBSEQUENTES a 2020.12.31

A pandemia com origem no Covid-19 teve um enorme impacto social e económico na economia mundial, provocando uma forte crise. No entanto, o seu efeito foi muito diferenciado por sector de atividade, com o sector farmacêutico a ser um dos menos afetado, independentemente das empresas estarem envolvidas na investigação e produção das novas vacinas e tratamentos.

24

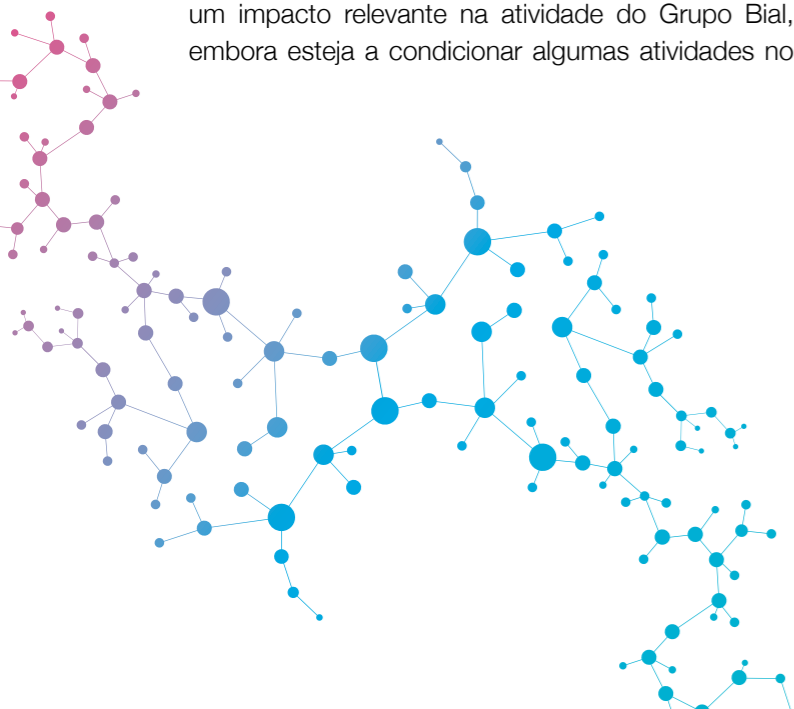
Após 2020.12.31 é de realçar a aprovação de algumas vacinas anti Covid-19 pela EMA e FDA, para além de outras vacinas provenientes de outras zonas geográficas (China e Rússia), e o início da vacinação em larga escala nos EUA, Reino Unido, União Europeia e outros países de menor dimensão. Há a expectativa que no terceiro trimestre do ano se alcançará a imunidade de grupo nos países mais desenvolvidos, o que deverá permitir a retoma consistente da atividade económica.

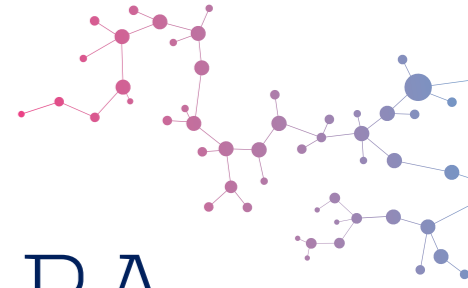
É nossa opinião que a pandemia em 2021 não terá um impacto relevante na atividade do Grupo Bial, embora esteja a condicionar algumas atividades no

1º semestre. Prevemos que a continuidade da linha de desenvolvimento de Bial e o cumprimento dos seus objetivos mais relevantes irá acontecer, não obstante os condicionamentos do presente.

Em termos financeiros, temos capacidade de cumprir com os compromissos presentes existentes, atendendo à atual situação financeira de Bial e não é previsível uma alteração significativa das receitas e recebimentos orçamentados para 2021, tal como se verificou em 2020.

Conscientes das dificuldades de uma conjuntura atípica, estamos focados em cumprir a nossa missão, ao serviço dos pacientes, e confiantes que serão encontradas as soluções, internas e externas, adequadas para ultrapassar eventuais novas dificuldades que venham a surgir. O ano de 2020 foi um ano de aprendizagem, em que conseguimos ultrapassar as dificuldades que se nos depararam, estando seguramente mais bem preparados em 2021 para o fazer de novo, caso se venha a justificar.





8. PERSPETIVAS PARA 2021

Encontram-se aprovados os Planos e Orçamentos de Exploração e Investimento para 2021, que vão dar continuidade à política estratégica de BIAL nos seus três vetores estratégicos: Qualidade, I&D e Internacionalização.

A dinamização da atividade comercial continua a ser uma prioridade transversal às diversas filiais do Grupo, com o foco nos medicamentos de investigação BIAL no mercado internacional. Os dois pilares do crescimento de BIAL nos últimos anos são o Zebinix\Aptiom, especialmente nos EUA e Espanha, e o Ongentys nos nove mercados em que já foi comercializado em 2021.

O Ongentys está numa fase de forte crescimento, e embora tenham sido significativos os efeitos negativos da pandemia Covid-19, as vendas cresceram 73% em 2020. Prevemos para 2021 um crescimento igualmente robusto. As vendas de Zebinix\Aptiom tiveram igualmente uma evolução positiva em 2020, mas em 2021 prevemos a sua estabilização, com uma redução nas vendas na Europa devido à entrada de genéricos e reduções de preços a partir de junho, mas que estimamos que possam ser compensadas pelo crescimento das vendas de Aptiom para os EUA. Assim, no corrente ano, o Grupo irá reforçar a sua internacionalização, estando prevista a entrada de Ongentys em novos países e do próprio Zebinix, que foi lançado no início de março na Suíça.

No mercado português o “focus” em 2021 são os novos medicamentos lançados em 2019 e 2020, em duas áreas terapêuticas de grande dinamismo no mercado ambulatorio, as doenças respiratórias (em especial a Doença Pulmonar Obstrutiva Crónica) e os antidiabéticos. Está em curso uma importante renovação da gama de produtos comercializados\promovidos, com o fim de ciclo de alguns medicamentos que está a ser compensado pelos novos medica-

mentos. Em 2020, devido à pandemia Covid-19, os novos medicamentos foram negativamente afetados pelas razões já apresentadas pelo que, em 2021, será muito importante alcançar um dinamismo completamente distinto.

Nos mercados emergentes, o objetivo é reforçar as exportações de BIAL - Portela & Cª, S.A. para as dezenas de países onde comercializa os seus medicamentos, ultrapassando alguns constrangimentos muito fortes sentidos em 2020 pelas limitações decorrentes da pandemia Covid-19. É de salientar que prevermos iniciar a comercialização de alguns dos nossos medicamentos no México, mercado que poderá a médio prazo ser relevante para Bial.

O plano de investimentos aprovado para o triénio 2021-2023 é de grande importância e tem como objetivo reforçar a componente produtiva e logística de BIAL em Portugal, quer pela modernização das suas atuais instalações, quer pela sua expansão, de forma a poder responder aos desafios da internacionalização, nomeadamente para a União Europeia e EUA.

Em fevereiro do corrente ano iniciaram-se as obras de expansão da atual fábrica, com uma área específica para a produção de Aptiom e Ongentys para os EUA, estando previsto nas próximas semanas o início da construção da nova unidade de antibióticos, e no segundo semestre do ano o início das obras de alargamento da área logística. Também no corrente ano temos previsto iniciar a construção de um edifício social, projeto em fase de conclusão. Para o final

de 2022, está planeada a construção de um novo edifício administrativo no Campus Bial na Trofa\Maia, para fazer face às nossas necessidades de áreas de trabalho administrativo e salas de reunião. Este plano de obras resulta do forte crescimento da nossa atividade dos últimos anos, das estimativas a médio prazo, e é suportado por um estudo realizado por um gabinete especializado em urbanismo industrial, para o Campus Bial, que passou de uma área de doze para vinte e quatro hectares em 2020, com aquisição de diversos terrenos circundantes.

Os projetos de investigação das Novas Entidades Químicas estão em desenvolvimento, com especial enfoque nos projetos de investigação BIA9, BIA5 e BIA28.

O projeto BIA9, medicamento para a doença de Parkinson, comercializado com a marca Ongentys, tem como prioridade a realização de um ensaio clínico de fase III para a utilização em fases mais precoces das em que é atualmente utilizado, a par da realização de ensaios clínicos de fase IV na Europa para robustecer o conhecimento terapêutico do produto em condições de prática clínica reais.

No projeto BIA5, cujo princípio ativo tem a designação de "Zamicastat" e tem como indicação terapêutica prevista a hipertensão pulmonar arterial, estão em curso ensaios clínicos de fase I e fase II na Europa. Com a aprovação pela FDA de Zamicastat como medicamento órfão nos EUA, está em fase final de preparação um ensaio clínico de fase IIb, a realizar essencialmente nesse país.

O projeto BIA28, adquirido em 2020 a uma empresa biotecnológica americana, como referido anteriormente será uma prioridade de forma a que se iniciem ensaios clínicos de fase II em 2022.

Outros projetos de I&D estão em desenvolvimento no âmbito da atividade do Grupo, quer em Portugal, quer nos EUA. Como referido, em 2020, o Grupo Bial, através de uma sua filial constituiu uma nova equipa de investigação na área da doença de Parkinson e de outras doenças degenerativas nos EUA (Boston – Cambridge), que tem um projeto em fase clínica (BIA28) e outros em pré-clínica. Estão previs-

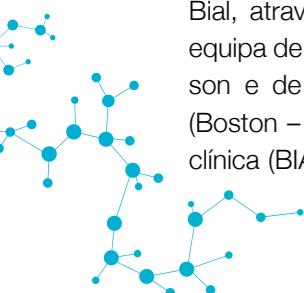
tas atividades conjuntas no desenvolvimento desses projetos.

A confiança dos acionistas foi, e continuará a ser, fundamental neste processo de desenvolvimento da empresa e do Grupo, baseado numa visão estratégica de médio e longo prazo. Os resultados obtidos nos últimos anos demonstram a capacidade em implementá-la e dão confiança no futuro de BIAL como empresa farmacêutica internacional, assente na inovação e investigação.

Trofa, 2021.03.25

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

LUÍS PORTELA | **Presidente**
 ANTÓNIO PORTELA | **CEO**
 RICHARD PILNIK | **Vogal**
 ISABEL MORGADO | **Vogal**
 JOSÉ REDONDO | **Vogal**
 MIGUEL PORTELA | **Vogal**
 SOARES da SILVA | **Vogal**
 JOSÉ BASTOS | **Vogal**





9. ANEXOS

I. BALANÇO ANALÍTICO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020

Valores em euros

ATIVO	Notas	DATAS	
		2020.12.31	2019.12.31
ATIVO NÃO CORRENTE			
ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS			
Terrenos e recursos naturais		12 406 207	8 646 508
Edifícios e outras construções		8 877 196	8 687 603
Equipamento básico		10 230 313	9 224 213
Equipamento de transporte		280 450	446 104
Equipamento administrativo		1 446 428	1 346 051
Outros ativos fixos tangíveis		245 118	249 777
Ativos fixos tangíveis em curso		900 632	360 349
Adiantamentos a fornecedores de investimento		74 650	3 518 674
	12	34 460 994	32 479 280
ATIVOS INTANGÍVEIS			
Projetos de desenvolvimento		187 240 699	203 352 489
Propriedade industrial		12 736 514	15 456 270
Outros ativos intangíveis		52 843	60 521
Ativos intangíveis em curso		5 582 804	1 103 340
Goodwill	8	8 490 686	10 188 823
	12	214 103 547	230 161 443
INVESTIMENTOS FINANCEIROS			
Partes de capital em outras empresas		114 820	114 820
Outros investimentos financeiros		466 293	373 031
	12	581 963	487 851
IMPOSTOS DIFERIDOS			
Ativos por impostos diferidos	10	64 001 367	62 570 158
		64 001 367	62 570 158
DÍVIDAS DE TERCEIROS			
Outras créditos a receber	14	24 667 119	24 931 698
		24 667 119	24 931 698
ATIVO CORRENTE			
INVENTÁRIOS			
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	23	55 672 508	32 429 428
Mercadorias	23	16 037 943	8 593 482
Produtos e trabalhos em curso		3 915 971	2 215 912
Produtos acabados e intermédios		8 490 568	5 975 659
		84 116 990	49 214 482
DÍVIDAS DE TERCEIROS			
Clientes	11	35 287 152	46 879 448
Estado e outros entes públicos	15	2 852 762	2 833 387
Outras créditos a receber	14	17 270 071	18 647 261
Devedores por acréscimos de rendimentos	16	16 627 913	13 314 839
		72 037 898	81 674 935
DIFERIMENTOS			
Gastos a reconhecer	16	2 705 256	2 328 195
		2 705 256	2 328 195
CAIXA E DEPÓSITOS BANCÁRIOS			
Depósitos a prazo		12 849	12 114 215
Depósitos à ordem		57 306 451	68 793 588
Caixa		122 282	105 471
	4	57 441 583	81 013 275
TOTAL DO ATIVO		554 115 868	564 861 316

32

Valores em euros

CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO	Notas	DATAS	
		2020.12.31	2019.12.31
CAPITAL PRÓPRIO			
Capital subscrito		52 500 000	52 500 000
Prémios de emissão		12 500 000	12 500 000
Reservas legais		25 800	25 800
De conversão cambial		3 571 731	3 175 038
Outras reservas		-3 327 562	-2 354 209
Subsídios		26 003 496	27 813 609
Instrumentos financeiros		-360 143	-422 786
Resultados transitados		143 791 845	127 807 668
		Subtotal	234 705 167
Resultado líquido do exercício		41 642 099	17 510 826
		276 347 267	238 555 948
Interesses que não controlam			
		5 284 591	4 380 519
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO		281 631 857	242 936 467
PASSIVO			
PASSIVO NÃO CORRENTE			
Provisões	19	669 164	774 601
Empréstimos obrigacionistas	17	63 500 000	71 500 000
Financiamentos obtidos	17	69 056 123	89 987 793
Passivos por impostos diferidos	10	2 362 285	2 396 592
Fornecedores de investimentos	18	76 909	205 046
Outras dívidas a pagar	14	7 549 402	8 074 918
		143 213 882	172 938 951
PASSIVO CORRENTE			
Fornecedores		38 989 475	28 500 938
Estado e outros entes públicos	15	3 464 446	3 436 731
Empréstimos obrigacionistas	17	8 000 000	8 500 000
Financiamentos obtidos	17	34 357 897	71 069 021
Fornecedores de investimentos	18	7 724 497	3 136 881
Outras dívidas a pagar		3 227 287	2 624 508
Outros passivos	16	24 987 158	20 741 335
		120 750 760	138 009 414
DIFERIMENTOS			
Rendimentos a reconhecer	16	8 519 368	10 976 485
		8 519 368	10 976 485
TOTAL DO PASSIVO		272 484 010	321 924 850
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO E DO PASSIVO		554 115 868	564 861 316

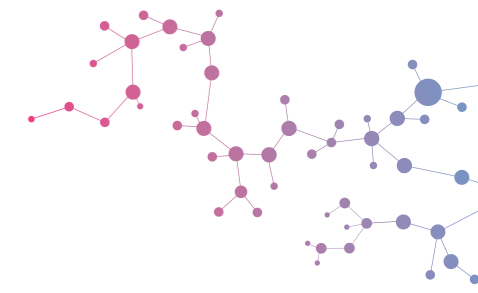
33



II. DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS CONSOLIDADOS POR NATUREZAS DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020

Valores em euros

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	PERÍODOS	
		2020	2019
Vendas	20	291 369 098	260 822 546
Serviços prestados	20	38 341 075	31 680 379
Volume de negócios		329 710 173	292 502 925
Subsídios à exploração	21	5 147 145	2 412 925
Trabalhos para a própria entidade	22		133 931
Variação nos inventários da produção		7 498 719	-5 796 039
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	23	-77 544 515	-66 165 640
Fornecimentos e serviços externos	24	-101 180 642	-100 040 801
Gastos com o pessoal	25	-62 345 149	-56 622 848
Perdas por imparidade	19; 26	-5 405 261	-479 969
Provisões	19; 26	0	-16 051
Reversões	26	254 187	121 313
Outros rendimentos	27	9 584 016	10 379 026
Outros gastos	28	-21 229 384	-17 029 846
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		84 489 289	59 398 925
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	12	-31 362 272	-30 341 116
Imparidade de ativos depreciables/amortizáveis (perdas)/reversões	12; 26	2 292 394	2 312 984
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		55 419 411	31 370 793
Juros e rendimentos similares obtidos	29	67 949	397 736
Juros e gastos similares suportados	29	-5 814 308	-8 128 402
Resultado antes de impostos		49 673 053	23 640 127
Imposto sobre o rendimento do período		5 925 496	4 507 915
Resultado líquido do período		43 747 556	19 132 212
Resultado líquido do período atribuível a:			
Detentores do capital da empresa-mãe		41 642 099	17 510 826
Interesses minoritários		2 105 457	1 621 385



III. DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO EM 2019

DESCRIÇÃO	CAPITAL SUBSCRITO	PRÊMIOS DE EMISSÃO	RESERVAS LEGAIS	RESERVAS DE CONVERSÃO CAMBIAL	OUTRAS RESERVAS	SUBSÍDIOS	RESULTADOS TRANSITADOS	INTRUMENTOS FINANCEIROS	RESULTADO LÍQUIDO	TOTAL	INTERESSES MINORITÁRIOS	TOTAL DO CAP. PRÓPRIO
Posição no início do período	52 500 000	12 500 000	25 800	1 935 596	-749 712	30 466 760	129 833 971	-51 338	-3 632 680	222 828 397	3 662 921	226 491 318
Aplicação resultado líquido					-1 604 497		-2 028 183		3 632 680	0		0
	52 500 000	12 500 000	25 800	1 935 596	-2 354 209	30 466 760	127 805 788	-51 338	0	222 828 397	3 662 921	226 491 318
Alterações de políticas contábilísticas												
Diferenças de conversão demons. financeiras				1 239 442						1 239 442	93 124	1 332 566
Subsídios						-3 423 420				-3 423 420		-3 423 420
Ajustamentos por impostos diferidos						770 270	1 880	107 840		879 989		879 989
Outras alterações reconhecidas no capital próprio								-479 287		-479 287		-479 287
	0	0	0	1 239 442	0	-2 653 151	1 880	-371 448	0	-1 783 276	93 124	-1 690 152
Resultado líquido do período									17 510 826	17 510 826	1 621 385	19 132 212
Resultado integral									17 510 826	15 727 550	1 714 509	17 442 060
Realizações de capital										0		0
Realizações de prêmios de emissão										0		0
Outras operações										0	-996 912	-996 912
Posição no fim do período	52 500 000	12 500 000	25 800	3 175 038	-2 354 209	27 813 609	127 807 668	-422 786	17 510 826	238 555 948	4 380 519	242 936 467

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO EM 2020

DESCRIÇÃO	CAPITAL SUBSCRITO	PRÊMIOS DE EMISSÃO	RESERVAS LEGAIS	RESERVAS DE CONVERSÃO CAMBIAL	OUTRAS RESERVAS	SUBSÍDIOS	RESULTADOS TRANSITADOS	INTRUMENTOS FINANCEIROS	RESULTADO LÍQUIDO	TOTAL	INTERESSES MINORITÁRIOS	TOTAL DO CAP. PRÓPRIO
Posição no início do período	52 500 000	12 500 000	25 800	3 175 038	-2 354 209	27 813 609	127 807 668	-422 786	17 510 826	238 555 948	4 380 519	242 936 467
Aplicação resultado líquido					-973 353		18 484 180		-17 510 826	0		0
	52 500 000	12 500 000	25 800	3 175 038	-3 327 562	27 813 609	146 291 845	-422 786	0	238 555 948	4 380 519	242 936 467
Alterações de políticas contábilísticas												
Diferenças de conversão demons. financeiras				396 693						396 693	26 891	423 584
Subsídios						-2 335 630				-2 335 630		-2 335 630
Ajustamentos por impostos diferidos						525 517		-18 187		507 330		507 330
Outras alterações reconhecidas no capital próprio							-2 500 000	80 829		-2 419 171		-2 419 171
	0	0	0	396 693	0	-1 810 113	-2 500 000	62 643	0	-3 850 777	26 891	-3 823 890
Resultado líquido do período									41 642 099	41 642 099	2 105 457	43 747 556
Resultado integral									41 642 099	37 791 322	2 132 348	39 923 666
Realizações de capital										0		0
Realizações de prêmios de emissão										0		0
Outras operações										0	-1 228 276	-1 228 276
Posição no fim do período	52 500 000	12 500 000	25 800	3 571 731	-3 327 562	26 003 496	143 791 845	-360 143	41 642 099	276 347 270	5 284 591	281 631 857



IV. DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020

	2020	2019		
ATIVIDADES OPERACIONAIS:				
Recebimentos de clientes	368 072 088		330 217 679	
Pagamentos a fornecedores	-222 493 013		-225 001 725	
Pagamentos ao pessoal	-60 370 683		-53 449 477	
Caixa gerada pelas operações	85 208 391		51 766 477	
Pagamento / recebimento do imposto sobre o rendimento	-5 845 351		2 577 424	
Outros recebimentos / pagamentos relativos à atividade operacional	-9 917 598		-16 214 922	
	69 445 443		38 128 979	
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)	69 445 443		38 128 979	
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO				
Pagamentos respeitantes a:				
Ativos fixos tangíveis	-6 819 035		-3 756 995	
Ativos intangíveis	-12 768 381		-14 343 359	
Investimentos financeiros	52 374		-74 524	
Outros ativos	0	-19 535 041	0	-18 174 877
Recebimentos provenientes de:				
Ativos fixos tangíveis	290 531		2 727 596	
Ativos intangíveis	0		0	
Investimentos financeiros	0		220 298	
Outros ativos	0		0	
Subsídios ao investimento	1 610 071		879 119	
Juros e rendimentos similares	53 869		206 533	
Dividendos	0	1 954 472	0	4 033 546
Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)	-17 580 570		-14 141 331	
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO				
Recebimentos provenientes de:				
Financiamentos obtidos	178 866		89 073 763	
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital próprio	0		0	
Cobertura de prejuízos	0		0	
Doações	0		0	
Outras operações de financiamento	0	178 866	0	89 073 763
Pagamentos respeitantes a:				
Financiamentos obtidos	-58 023 404		-55 933 183	
Juros e gastos similares	-5 006 577		-7 494 762	
Dividendos	-3 728 276		-996 912	
Reduções de capital e de outros instrumentos de capital próprio	0		0	
Outras operações de financiamento	-8 857 174	-75 615 430	-46 270 003	-110 694 860
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)	-75 436 565		-21 621 097	
Variação de caixa e seus equivalentes (4) = (1) + (2) + (3)	-23 571 692		2 366 551	
Efeito das diferenças de câmbio	0		0	
Caixa e seus equivalentes no início do período (nota 5)	81 013 275		78 646 724	
Caixa e seus equivalentes no fim do período (nota 5)	57 441 583		81 013 275	





V. ANEXO CONSOLIDADO EM 31.12.2020

Valores em Euros

1. Introdução

BIAL tem por objeto social o exercício da indústria, comércio, investigação e desenvolvimento de especialidades farmacêuticas para uso humano, e tem sede no Coronado (S. Mamede e S. Romão), Trofa.

Estas demonstrações financeiras foram autorizadas para emissão pelo Conselho de Administração em 2021.03.25.

Nos termos do artº 68 do CSC, a Assembleia Geral de Acionistas pode recusar a proposta dos membros da Administração relativa à aprovação das contas desde que delibere, motivadamente, que se proceda à elaboração total de novas contas ou à reforma, em pontos concretos, das apresentadas.

2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

A empresa elabora o relato contabilístico das suas contas individuais e consolidadas de acordo com as Normas de Contabilidade e Relato Financeiro (NCRF) que fazem parte integrante do SNC.

As presentes demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da empresa e das suas subsidiárias a 31 de dezembro de 2020.

A partir da publicação do Decreto-Lei nº 238/91, de 2 de julho a empresa iniciou a preparação e apresentação de contas consolidadas. Deste modo, as presentes demonstrações financeiras consolidadas não são as primeiras demonstrações financeiras consolidadas apresentadas pela empresa. Não houve derrogações excecionais de disposições do SNC tendo em vista a necessidade de estas darem uma imagem verdadeira e apropriada do ativo, do passivo e dos resultados da entidade.

3. Principais políticas contabilísticas

3.1. Base das demonstrações financeiras

Na preparação das demonstrações financeiras consolidadas a que se referem as presentes notas, a empresa adotou:

- As Bases de Preparação das Demonstrações financeiras constantes do anexo ao Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho, que instituiu o SNC;
- A transposição para o ordenamento jurídico interno da Diretiva n.º 2013/34/UE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 26 de junho de 2013, através da publicação do Decreto-Lei n.º 98/2015 de 2 de junho, ocorreram alterações a nível das NCRF que têm aplicação obrigatória para exercícios que se iniciaram em ou após 1 de janeiro de 2016.
- As NCRF em vigor na presente data com as isenções descritas no parágrafo 3.1.a) e 3.1.c) e previstas na data de transição.

Assim, as demonstrações financeiras foram preparadas tendo em conta as bases da continuidade, do regime do acréscimo, da consistência de apresentação, da materialidade e agregação, da não compensação e da informação comparativa.

Tendo por base o disposto nas NCRF, as políticas contabilísticas adotadas pela empresa foram as seguintes:

(a) Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis referem-se a bens utilizados na produção, na prestação de serviços ou no uso administrativo e são mensurados de acordo com o modelo do custo.

Na data de transição para o SNC foi adotado o custo considerado:

- Para terrenos e edifícios, o justo valor de uma avaliação efetuada em 31 de dezembro de 2003, por uma entidade independente e na base dos valores de mercado, e da qual resultou um acréscimo de valor de € 6 955 076;
- Para os restantes ativos fixos tangíveis, o valor constante das anteriores demonstrações financeiras preparadas de acordo com o POC, o qual incluía reservas de reavaliação efetuadas ao abrigo de diversos diplomas legais que tiveram em conta coeficientes de desvalorização da moeda.

Subsequentemente, foi decidido manter o custo considerado, optando pelo método do custo na valorização de todos os ativos fixos tangíveis.

Com exceção dos terrenos que não são amortizáveis, os ativos fixos tangíveis são amortizados durante o período de vida económica esperada e avaliados quanto à imparidade sempre que existe uma indicação de que o ativo pode estar em imparidade.

As amortizações são calculadas numa base duodecimal, a partir do momento em que os bens estão disponíveis para utilização para a finalidade pretendida, utilizando o método das quotas constantes.

As taxas de amortização estão definidas tendo em vista amortizar totalmente os bens até fim da sua vida útil esperada e são as seguintes:

	% anual
Edifícios e outras construções	2%, 5% e 10%
Equipamento básico	10%-16.66%, 25%, 33.33%
Equipamento de transporte	20% e 25%
Equipamento administrativo	10%-25%, 33.33%, 50%

Os bens adquiridos em regime de locação financeira são amortizados utilizando as mesmas taxas dos restantes ativos fixos tangíveis, ou seja, tendo por base a respetiva vida útil.

Considera-se que o valor residual é nulo pelo que o valor depreciável sobre o qual incidem as amortizações é coincidente com o custo.

Os métodos de amortização, a vida útil estimada e o valor residual são revistos no final de cada ano e os efeitos das alterações são tratados como alterações de estimativas, ou seja, o efeito das alterações é tratado de forma prospetiva.

O gasto com amortizações é reconhecido na demonstração de resultados na rubrica “gastos/reversões de depreciação e de amortização”.

Os custos de desmantelamento e remoção de bens do ativo fixo tangível e os custos de restauro do local onde estes estão localizados, em cuja obrigação se incorre quando os bens são adquiridos ou como consequência de terem sido usados durante um determinado período para finalidades diferentes da produção de inventários, fazem parte do custo do ativo fixo tangível correspondente e são amortizados no período de vida útil dos bens a que respeitam.

Os custos de manutenção e reparação correntes são reconhecidos como gastos no período em que ocorrem.

Os custos com substituições e grandes reparações são capitalizados sempre que aumentem a vida útil do ativo a que respeitem e são amortizadas no período remanescente da vida útil desse ativo ou no seu próprio período de vida útil, se inferior.

Qualquer ganho ou perda resultante do desreconhecimento de um ativo tangível (calculado como a diferença entre o valor de venda, menos os custos da venda e o valor contabilístico) é incluído no resultado do exercício no ano em que o ativo é desreconhecido.

Os ativos fixos tangíveis em curso dizem respeito a bens que ainda se encontram em fase de construção ou desenvolvimento e estão mensurados ao custo de aquisição sendo somente amortizados quando se encontram disponíveis para uso.



O ativo fixo tangível inclui bens em regime de locação financeira que são amortizados com o mesmo critério dos restantes bens.

(b) Imparidade

As empresas englobadas na consolidação avaliam se existe qualquer indicação de que um ativo possa estar em imparidade no final do ano. Se existir qualquer indicação, as empresas estimam a quantia recuperável do ativo (que é a mais alta entre o justo valor do ativo ou de uma unidade geradora de caixa menos os custos de venda e o seu valor de uso) e reconhecem nos resultados do exercício a imparidade sempre que a quantia recuperável for inferior ao valor contabilístico.

Ao avaliar se existe indicação de imparidade são tidas em conta as seguintes situações:

- Durante o período, o valor de mercado de um ativo diminuiu significativamente mais do que seria esperado como resultado da passagem do tempo ou do uso normal;
- Ocorreram, durante o período, ou irão ocorrer no futuro próximo, alterações significativas com um efeito adverso na entidade, relativas ao ambiente tecnológico, de mercado, económico ou legal em que a entidade opera ou no mercado ao qual o ativo está dedicado;
- As taxas de juro de mercado ou outras taxas de mercado de retorno de investimentos aumentaram durante o período, e esses aumentos provavelmente afetarão a taxa de desconto usada no cálculo do valor de uso de um ativo e diminuirão materialmente a quantia recuperável do ativo;
- A quantia escriturada dos ativos líquidos da entidade é superior à sua capitalização de mercado;
- Está disponível evidência de obsolescência ou dano físico de um ativo;
- Alterações significativas com um efeito adverso na entidade ocorreram durante o período, ou espera-se que ocorram num futuro próximo, até ao ponto em que, ou na forma em que, um ativo seja usado ou se espera que seja usado. Estas alterações incluem um ativo que se tornou ocioso, planos para descontinuar ou reestruturar a unidade operacional a que o ativo pertence e planos para alienar um ativo antes da data anteriormente esperada;
- Existe evidência em relatórios internos que indica que o desempenho económico de um ativo é, ou será, pior do que o esperado.

As reversões de imparidade são reconhecidas em resultados e não devem exceder a quantia escriturada do bem que teria sido determinada caso nenhuma perda por imparidade tivesse sido reconhecida anteriormente.

(c) Goodwill

O goodwill corresponde a benefícios económicos futuros resultantes de ativos que não são capazes de ser individualmente identificados e separadamente reconhecidos.

O goodwill relativo a subsidiárias englobadas na consolidação encontra-se discriminado em rubrica própria do Balanço.

Em 1 de janeiro de 2009 (data de transição para as NCRF) a empresa adotou a isenção da NCRF 3 - Adoção pela primeira vez da NCRF relativa a Concentrações de atividades empresariais pelo que adotou como custo considerado, nessa data, o valor do goodwill constante das contas preparadas de acordo com o POC (custo de aquisição menos amortizações acumuladas até 31 de dezembro de 2008 e menos qualquer perda por imparidade apurada nessa data), ao invés de calcular o goodwill retrospectivamente à data da concentração com base em informação disponível a essa data.

Nas aquisições subsequentes a 1 de janeiro de 2009, o goodwill é mensurado pelo seu custo, que corresponde ao excesso do custo das concentrações de atividades empresariais a que respeitam face ao interesse do Grupo no justo valor dos ativos, passivos e passivos contingentes identificáveis na data da concentração.

A partir de 2016, o goodwill é amortizado de acordo com as disposições da NCRF 14, à taxa anual de 10%, pelo prazo de 10 anos.

Sempre que o interesse da adquirente no justo valor dos ativos, passivos e passivos contingentes identificáveis excede o custo da concentração de atividades empresariais, a diferença é imediatamente reconhecida nos resultados do período após reavaliação da identificação e mensuração dos ativos, passivos e passivos contingentes identificáveis da adquirida e da mensuração do custo da concentração.

Quando o goodwill faz parte de uma unidade geradora de caixa e parte de uma operação dentro dessa unidade é alienada, o goodwill associado com a operação alienada é incluído no valor contabilístico da operação para determinar o ganho ou perda da operação. O goodwill desconhecido nestas circunstâncias é mensurado com base nos valores relativos entre a operação alienada e a parte da unidade geradora de caixa mantida.

O goodwill apresentado no Balanço está mensurado ao custo menos imparidade e amortizações acumuladas.

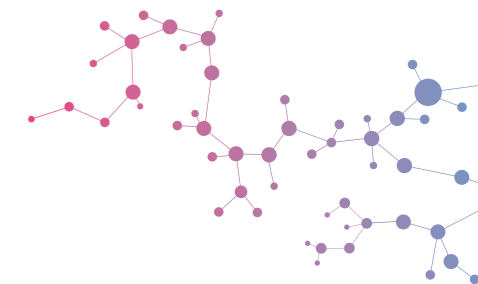
A empresa testa o goodwill quanto à imparidade se os acontecimentos ou as alterações nas circunstâncias indicam que pode estar com imparidade, de acordo com a NCRF 12 – Imparidade de Ativos.

Para efeitos de testar a imparidade, o goodwill adquirido numa concentração de atividades empresariais é alocado a cada uma das unidades geradoras de caixa que se espera que venham a beneficiar das sinergias da concentração, independentemente de outros ativos ou passivos da adquirida poderem também ser alocados a essas unidades.

(d) Ativos intangíveis, exceto goodwill

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados, na data do reconhecimento inicial, ao custo.





O custo com os intangíveis gerados internamente, excluindo os custos de desenvolvimento em determinadas circunstâncias, são considerados como um gasto, sendo refletido na demonstração de resultados no ano em que o gasto é incorrido.

As despesas de investigação e desenvolvimento são consideradas como gastos nos exercícios em que forem incorridas, salvo se cumprirem os requisitos do SNC para serem capitalizadas. Neste último caso, são reconhecidas como um ativo intangível e amortizadas numa base sistemática e racional nos exercícios, corrente e futuros, com referência ou à venda ou ao uso do proveito ou processo.

Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis apresentam-se ao custo menos amortizações acumuladas e perdas por imparidade acumuladas.

As vidas úteis dos ativos intangíveis são avaliadas entre finitas ou indefinidas.

Os ativos intangíveis com vidas úteis finitas são amortizados durante o período de vida económica esperada e avaliados quanto à imparidade sempre que existe uma indicação de que o ativo pode estar em imparidade.

A imparidade destes ativos é determinada tendo por base os critérios descritos na alínea b).

As reversões de imparidade são reconhecidas em resultados e não devem exceder a quantia escriturada do bem que teria sido determinada caso nenhuma perda por imparidade tivesse sido reconhecida anteriormente.

Para um ativo intangível com uma vida útil finita, os métodos de amortização, a vida útil estimada e o valor residual são revistos no final de cada ano e os efeitos das alterações são tratados como alterações de estimativas i.e. o efeito das alterações é tratado de forma prospetiva.

As amortizações são calculadas numa base duodecimal utilizando o método das quotas constantes.

Considera-se que o valor residual é nulo pelo que o valor depreciável sobre o qual incidem as amortizações é coincidente com o custo.

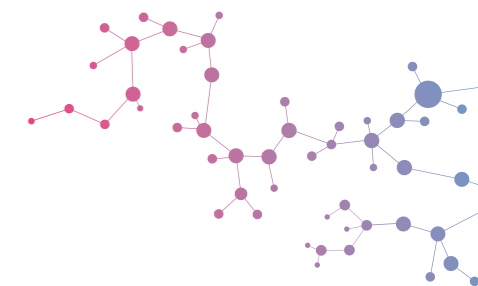
As taxas de amortização estão definidas tendo em vista amortizar totalmente os bens até fim da sua vida útil esperada e são as seguintes:

Projetos de desenvolvimento	5%
Software-validações	33.33%
Propriedade industrial	5% - 33.33%

Encontram-se classificados no ativo, os projetos de desenvolvimento BIA2, na área da epilepsia e o BIA9, medicamento para a doença de Parkinson.

Os restantes projetos de investigação e desenvolvimento, à data do balanço, ainda não reúnem as condições para se qualificarem como um ativo.

O gasto com amortizações de ativos intangíveis com vidas úteis finitas é



reconhecido na demonstração de resultados na rubrica de “gastos/reversões de depreciação e amortização”.

A amortização do Zebinix, medicamento antiepilético, é efetuada ao longo de 20 anos, a taxas constantes, em linha reta, de acordo com a vida útil esperada, tendo começado em setembro de 2009 com o início da comercialização na Europa.

A amortização do Ongentys (medicamento para a doença de Parkinson) é efetuada ao longo de 20 anos, a taxas constantes, de acordo com a vida útil esperada, tendo-se iniciado a amortização do ativo em setembro de 2016 com o início da comercialização na Europa.

Qualquer ganho ou perda resultante do desreconhecimento de um ativo intangível (calculado como a diferença entre o valor de venda menos o custo da venda e o valor contabilístico) é incluído no resultado do exercício no ano em que o ativo é desreconhecido.

Seguem-se algumas especificidades relativas a cada um dos tipos de ativos intangíveis.

(d.1) Projetos de desenvolvimento

São requisitos essenciais, para um “projeto de I&D ser classificado no ativo, na rubrica de “projetos de desenvolvimento”, os seguintes:

- (a) A viabilidade técnica de concluir o ativo intangível a fim de que o mesmo esteja disponível para uso ou venda.
- (b) A sua intenção de concluir o ativo intangível e usá-lo ou vendê-lo.
- (c) A sua capacidade de usar ou vender o ativo intangível.
- (d) A forma como o ativo intangível gerará prováveis benefícios económicos futuros.
- (e) A disponibilidade de adequados recursos técnicos, financeiros e outros para concluir o desenvolvimento e usar ou vender o ativo intangível.
- (f) A sua capacidade para mensurar fiavelmente o dispêndio atribuível ao ativo intangível durante a sua fase de desenvolvimento.

A existência de contratos de licencing-out é a evidência suficiente para a demonstração de que o ativo intangível gerará prováveis benefícios económicos futuros.

O valor da rubrica de “projetos de desenvolvimento” inclui:

- O investimento no BIA-2093 após a sua entrada na Fase III de desenvolvimento, a qual coincidiu com o primeiro contrato de licencing-out em 2007. No início de 2009, obteve-se a aprovação por parte da EMA, tendo-se iniciado a comercialização em outubro de 2009 do medicamento com a marca Zebinix, após o desenvolvimento do acetato de eslicarbazepina. Em 2013, a FDA aprovou o medicamento para os EUA, tendo-se iniciado a comercialização em 2014, com a marca Aptiom. Foi aprovada a “monoterapia” pela FDA, para os EUA, em agosto de 2015 e iniciada a comercialização em novembro de

2015. Em 2016, a EMA aprovou a “pediatria” para a Europa, tendo-se iniciado a sua comercialização em julho de 2017, data a partir da qual teve início a amortização do custo com a indicação para a pediatria. Em 2018, o medicamento foi licenciado para a Coreia do Sul. Em 2020, foi assinado acordo de distribuição para a Austrália.

- O investimento no novo medicamento para a doença de Parkinson (BIA9), o qual se encontra aprovado pela EMA para a Europa. Este facto, aliado ao seu primeiro contrato de licenciamento-out celebrado para o mercado japonês (terceiro maior mercado mundial em termos de prevalência da doença), tornam altamente provável a recuperação do investimento já realizado. Nestas circunstâncias, a empresa optou por iniciar a capitalização das despesas de desenvolvimento do BIA9 incorridas na Fase III de desenvolvimento. Em consonância, a partir de 2013, os subsídios atribuídos ao BIA9 passaram a ser contabilizados no capital próprio. Em 2016, o dossier entregue na EMA foi aprovado para a comercialização do medicamento na Europa, sob a marca Ongentys, cujo início ocorreu em setembro de 2016. Consequentemente o ativo encontra-se a ser amortizado a partir de igual data. Em 2017, o medicamento foi licenciado para os EUA, em 2018 foi licenciado para a China e Coreia do Sul e em 2019 foi licenciado para Taiwan. Em 2020 iniciou-se a comercialização do medicamento nos EUA, Japão, Coreia do Sul e Suíça.

As despesas com desenvolvimento inicialmente reconhecidas como custos não são reconhecidas como um ativo em períodos subsequentes.

(d.2) Programas de computador

São reconhecidos nesta rubrica os programas de computador adquiridos a terceiros.

Os custos internos associados à manutenção e ao desenvolvimento dos programas de computador são reconhecidos como gastos quando incorridos por se considerar que não são mensuráveis com fiabilidade e/ou não geram benefícios económicos futuros.

(d.3) Propriedade industrial

Nesta rubrica encontram-se refletidas as patentes registadas em nome das empresas englobadas na consolidação, relativamente às quais existe o direito exclusivo de utilização.

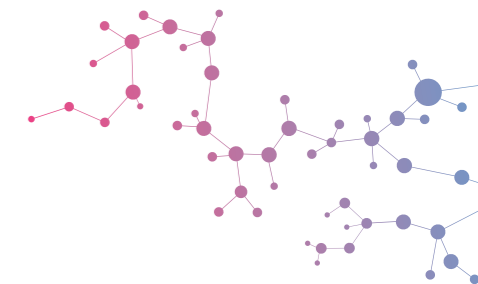
(d.4) Marcas

As marcas referem-se a marcas adquiridas a entidades exteriores.

As marcas geradas internamente não são reconhecidas como ativo.

As marcas com direitos de utilização limitados são amortizadas, numa base constante, durante o período de uso.





(e) Participações financeiras

A empresa utiliza o modelo do custo para participações financeiras em:

- Subsidiárias excluídas da consolidação;
- Associadas nas quais não foi possível utilizar o método da equivalência patrimonial por existirem restrições severas e duradouras que prejudicam significativamente a capacidade de transferência de fundos para o Grupo;
- Outras entidades nas quais não é obrigada a utilizar o método da equivalência patrimonial nem a consolidação proporcional e onde não tem condições para determinar o justo valor de forma fiável, designadamente participações financeiras em empresas não cotadas.

De acordo com o modelo do custo as participações financeiras são reconhecidas inicialmente pelo seu custo de aquisição, que inclui custos de transação, sendo subsequentemente o seu valor diminuído por perdas por imparidade, sempre que ocorram.

(f) Ativos financeiros (exceto participações financeiras)

Os ativos financeiros são reconhecidos quando se constitui parte na respetiva relação contratual. Os ativos financeiros, que não as participações financeiras, estão valorizados ao custo amortizado, líquido de perdas por imparidade, quando aplicável.

No final do ano o Grupo avaliou a imparidade destes ativos. Sempre que existia uma evidência objetiva de imparidade, a empresa reconheceu uma perda por imparidade na demonstração de resultados.

A evidência objetiva de que um ativo financeiro ou um grupo de ativos poderia estar em imparidade teve em conta dados observáveis que chamassem a atenção sobre os seguintes eventos de perda:

- Significativa dificuldade financeira do devedor;
- Quebra contratual, tal como o não pagamento ou incumprimento no pagamento do juro ou amortização da dívida;
- A empresa, por razões económicas ou legais relacionados com a dificuldade financeira do devedor, oferece ao devedor concessões que, de outro modo, não consideraria;
- Tornar-se provável que o devedor irá entrar em falência ou qualquer outra reorganização financeira;
- Informação observável indicando que existe uma diminuição na mensuração da estimativa dos fluxos de caixa futuros de um grupo de ativos financeiros, desde o seu reconhecimento inicial.

Os ativos financeiros individualmente significativos foram avaliados cada um per se para efeitos de imparidade. Os restantes foram avaliados com base em similares características de risco de crédito.

Seguem-se algumas especificidades relativas a cada um dos tipos de ativos financeiros.

(f.1) Clientes

As contas a receber de clientes são mensuradas, aquando do reconhecimento inicial, de acordo com os critérios de mensuração de vendas e prestações de serviços descritos na alínea p) sendo subsequentemente mensuradas ao custo amortizado menos imparidade, determinada com base nos critérios definidos acima.

(f.2) Outras dívidas a receber

As Outras dívidas a receber encontram-se valorizadas da seguinte forma:

- Devedores por acréscimos de rendimentos - ao valor estimado/contratualizado;
- Outros devedores - ao custo amortizado menos imparidade.

A imparidade, em ambos os casos, é determinada com base nos critérios definidos acima.

(f.3) Caixa e Bancos

Os montantes incluídos na rubrica de caixa e bancos correspondem aos valores de caixa e outros depósitos, vencíveis a menos de três meses, e que possam ser imediatamente mobilizáveis com risco insignificante de alteração de valor.

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, a rubrica de “caixa e equivalentes de caixa” compreende, além da caixa e bancos, também os descobertos bancários incluídos na rubrica de “financiamentos obtidos” do balanço.

(g) Imposto sobre o rendimento

(g.1) Imposto sobre o rendimento – corrente

O imposto corrente é determinado com base no resultado contabilístico ajustado de acordo com a legislação fiscal em vigor a que está sujeita cada uma das empresas englobadas na consolidação.

A empresa-mãe e as subsidiárias participadas direta ou indiretamente em pelo menos 90% do respetivo capital e que, simultaneamente, são residentes em Portugal e são tributadas em sede de imposto sobre o rendimento são tributadas no âmbito do regime especial de tributação dos grupos de sociedades, à taxa de 21%, acrescida da taxa de derrama municipal e acrescida de uma taxa da derrama estadual de 3% sobre o valor de lucro tributável entre € 1,5 M e € 7,5 M, de 5% sobre o lucro tributável que exceda os € 7,5 M até € 35 M e de 9% sobre o lucro tributável que exceda os € 35 M.

Nos termos da legislação em vigor nas diversas jurisdições das empresas englobadas na consolidação, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão por parte das autoridades fiscais durante um período que varia entre quatro e cinco anos, o qual pode ser prolongado em determinadas cir-



cunhâncias, nomeadamente quando existem prejuízos fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações.

O Conselho de Administração, suportado nas posições dos seus consultores fiscais e tendo em conta as responsabilidades reconhecidas, entende que das eventuais revisões dessas declarações fiscais não resultarão correções materiais nas demonstrações financeiras consolidadas.

(g.2) Imposto sobre o rendimento – diferido

Os ativos e passivos por impostos diferidos resultam do apuramento de diferenças temporárias (dedutíveis e tributáveis) entre as bases contabilísticas e as bases fiscais dos ativos e passivos do Grupo.

Os ativos por impostos diferidos refletem:

- As diferenças temporárias dedutíveis até ao ponto em que é provável a existência de lucros tributáveis futuros relativamente ao qual a diferença dedutível pode ser usada;
- Perdas fiscais não usadas e créditos fiscais não usados até ao ponto em que seja provável que lucros tributáveis futuros estejam disponíveis contra os quais possam ser usados.

Diferenças temporárias dedutíveis são diferenças temporárias das quais resultam quantias que são dedutíveis na determinação do lucro tributável/perda fiscal de períodos futuros quando a quantia escriturada do ativo ou do passivo seja recuperada ou liquidada.

Os passivos por impostos diferidos refletem diferenças temporárias tributáveis.

As diferenças temporárias tributáveis são diferenças temporárias das quais resultam quantias tributáveis na determinação do lucro tributável/perda fiscal de períodos futuros quando a quantia escriturada do ativo ou do passivo seja recuperada ou liquidada.

A mensuração dos ativos e passivos por impostos diferidos:

- É efetuada de acordo com as taxas que se espera que sejam de aplicar no período em que o ativo for realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas fiscais aprovadas à data de balanço; e
- Reflete as consequências fiscais decorrentes da forma como o Grupo espera, à data do balanço, recuperar ou liquidar a quantia escriturada dos seus ativos e passivos.

Os prejuízos e os créditos fiscais suscetíveis de serem utilizados no futuro são reapreciados no final de cada exercício, sendo apenas reconhecidos os ativos por impostos diferidos com possibilidade de recuperação.

Portugal:

Com o Orçamento de Estado para 2013 foi alterada a limitação à dedução de prejuízos fiscais para 70% do lucro tributável do período em que se procede à dedução, aplicável a partir de 2014.

Desta forma, as empresas que apresentem lucros tributáveis serão sem-

pre sujeitas ao pagamento de IRC, ainda que detenham prejuízos fiscais reportáveis de anos anteriores, salvo se existirem créditos fiscais.

Com o Orçamento de Estado de 2014 foi aumentado o período de dedução dos prejuízos fiscais de cinco para doze anos. O novo prazo apenas foi aplicável aos prejuízos fiscais apurados em 2015 e 2016. O prazo para dedução de prejuízos fiscais é novamente de cinco anos a partir do exercício de 2017. Em 2020 o prazo para dedução de prejuízos fiscais voltou a ser de 12 anos.

Espanha, Itália e EUA:

O período de dedução dos prejuízos fiscais não tem prazo limite

Moçambique:

O período de dedução dos prejuízos fiscais tem prazo máximo de cinco anos, a partir de 1/1/2017, sendo que para os prejuízos anteriores a essa data, o prazo estipulado é de cinco anos a contar de 1/1/2017.

(h) Inventários

A valorização dos inventários e os respetivos métodos de custeio são os seguintes:

Produtos acabados - ao custo de produção, englobando matérias-primas e subsidiárias ao preço médio mais despesas de produção definidas pelos departamentos industrial e de qualidade.

Produtos intermédios - ao preço do produto acabado deduzido das embalagens de consumo.

Produtos e trabalhos em curso - ao custo dos materiais incorporados, acrescido dos custos industriais de acordo com a fase de fabrico.

Matérias-primas - ao custo de aquisição, lote a lote.

Materiais de embalagem e outros (caixas, rótulos e prospetos) - ao preço médio de aquisição.

O custo dos inventários inclui:

- Custos de compra (preço de compra, direitos de importação, impostos não recuperáveis, custos de transporte, manuseamento e outros diretamente atribuíveis à compra, deduzidos de descontos comerciais, abatimentos e outros itens semelhantes);
- Custos de conversão (mão de obra e gastos gerais de produção);
- Outros custos incorridos para colocar os inventários no seu local e condições pretendidos;

Sempre que o valor realizável líquido é inferior ao custo de compra ou de conversão, procede-se à redução de valor dos inventários, mediante o



reconhecimento de um ajustamento, o qual é revertido quando deixam de existir os motivos que o originaram.

Para este efeito, o valor realizável líquido é o preço de venda estimado no decurso ordinário da atividade empresarial menos os custos estimados de acabamento e os custos necessários para efetuar a venda. As estimativas tomam em consideração as variações relacionadas com acontecimentos ocorridos após o final do período na medida em que tais acontecimentos confirmem condições existentes no fim do período.

(i) Estado e outros entes públicos

Os saldos ativos e passivos desta rubrica são apurados com base na legislação em vigor.

(j) Diferimentos ativos e passivos

Esta rubrica reflete as transações e outros acontecimentos relativamente aos quais não é adequado o seu integral reconhecimento nos resultados do período em que ocorrem, mas que devam ser reconhecidos nos resultados de períodos futuros.

(l) Rubricas do capital próprio

(l.1) Capital subscrito

Atualmente, todo o capital da Bial Holding, S.A. está realizado, considerando que existe um prémio de emissão apurado de € 12 500 000.

(l.2) Reserva legal

De acordo com o artº 295 do CSC, pelo menos 5% do resultado tem de ser destinado à constituição ou reforço da reserva legal até que esta represente pelo menos 20% do capital social.

A reserva legal não é distribuível a não ser em caso de liquidação e só pode ser utilizada para absorver prejuízos, depois de esgotadas todas as outras reservas, ou para incorporação no capital social (artº 296 do CSC).

(l.3) Outras reservas

Esta rubrica inclui reservas de reavaliação efetuadas com base nos termos do anterior normativo contabilístico, líquidas dos correspondentes impostos diferidos, e que não são apresentadas na rubrica de excedentes de revalorização pelo facto de a entidade ter adotado o método do custo considerado na data de conversão para o SNC.

As reservas de reavaliação efetuadas ao abrigo de diplomas legais, de acordo com tais diplomas, só estão disponíveis para aumentar capital ou cobrir prejuízos incorridos até à data a que se reporta a reavaliação e apenas depois de realizadas (pelo uso ou pela venda).

Esta rubrica inclui também eventuais ganhos por aumentos de justo valor

que, de acordo com o nº 2 do artº 32 do CSC, só estarão disponíveis para distribuição quando os elementos ou direitos que lhes deram origem forem alienados, exercidos, extintos ou liquidados.

(I.4) Resultados transitados

Esta rubrica inclui os resultados realizados disponíveis para distribuição aos acionistas, após respeitadas as condições previstas no artº 32 e 33 do CSC.

(I.5) Outras variações no capital próprio - Subsídios ao investimento

São reconhecidos nesta rubrica os subsídios não reembolsáveis, líquidos dos respetivos impostos diferidos, que estejam relacionados com ativos tangíveis e intangíveis.

Os subsídios só são reconhecidos quando existe uma segurança razoável de que a empresa cumpriu/irá cumprir com as condições a ele associadas e que o subsídio será recebido.

Os subsídios relativos a investimentos são registados nos capitais próprios, sendo transferidos para resultados (outros rendimentos) ao longo da vida útil dos bens na proporção das amortizações dos respetivos bens subsidiados.

Subsequentemente ao reconhecimento inicial, esta conta é reduzida:

- No que respeita aos subsídios relativos a ativos fixos tangíveis depreciables e intangíveis com vida útil definida, pela imputação, numa base sistemática, a rendimentos durante os períodos necessários para balancear os subsídios com os gastos relacionados que se pretende que eles compensem;
- No que respeita a ativos fixos tangíveis não depreciables e intangíveis com vida útil indefinida, pela imputação a rendimentos nos exercícios em seja necessário compensar qualquer perda por imparidade que seja reconhecida relativamente a tais ativos.

Estes subsídios não estão disponíveis para distribuição até que sejam imputados a rendimentos durante os períodos necessários para: (i) balancear os subsídios com os gastos relacionados que se pretende que eles compensem, ou seja, amortizações e depreciações e/ou (ii) para compensar qualquer perda por imparidade que seja reconhecida relativamente a tais ativos.

(I.6) Outras variações no capital próprio – Diferenças de conversão de demonstrações financeiras

A moeda de apresentação das demonstrações financeiras é o Euro.

Esta rubrica reflete as diferenças de transposição de demonstrações financeiras das entidades englobadas na consolidação sempre que a sua moeda funcional (ambiente económico principal no qual operam) não é o Euro e que resultam de, à data de cada balanço:

- Os ativos e passivos em moeda estrangeira serem transpostos pelo uso da taxa de câmbio de fecho;
- Os ganhos e perdas serem transpostos pelo uso da taxa de câmbio à data da transação.

(m) Provisões

Esta conta reflete as obrigações presentes (legais ou construtivas) da entidade, provenientes de acontecimentos passados, cuja liquidação se espera que resulte numa saída de recursos da entidade que incorporem benefícios económicos e cuja tempestividade e quantia são incertas, mas cujo valor pode ser estimado com fiabilidade.

As provisões são mensuradas pela melhor estimativa do dispêndio exigido para liquidar a obrigação presente à data do balanço. Sempre que o efeito do valor temporal do dinheiro é material, a quantia de uma provisão é o valor presente dos dispêndios que se espera que sejam necessários para liquidar a obrigação usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflete as avaliações correntes de mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos do passivo e que não reflete riscos relativamente aos quais as estimativas dos fluxos de caixa futuros tenham sido ajustados.

(n) Passivos financeiros

Os passivos financeiros são reconhecidos quando a empresa se constitui parte na respetiva relação contratual.

Os passivos financeiros são desreconhecidos quando as obrigações subjacentes se extinguem pelo pagamento, são canceladas ou expiram.

Todos os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente ao justo valor e, no caso de empréstimos, são também reconhecidos os gastos de transação.

Os passivos financeiros estão valorizados nos termos indicados nas alíneas seguintes.

(n.1) Financiamentos obtidos

Os financiamentos estão valorizados ao custo amortizado determinado com base no método do juro efetivo. De acordo com este método, na data do reconhecimento inicial os financiamentos são reconhecidos no passivo pelo valor nominal recebido, líquido de despesas com a emissão, o qual corresponde ao respetivo justo valor nessa data.

Subsequentemente, os financiamentos são mensurados ao custo amortizado, que inclui todos os encargos financeiros calculados de acordo com o método do juro efetivo.

Os financiamentos para os quais existe cobertura de taxa de juro fixa incluem também as variações de justo valor (parágrafo 37 b) da NCRF 27).

Nos financiamentos para os quais existe cobertura de risco de taxa de juro fixa ou cobertura de risco de variabilidade de taxa de juro, os respetivos instrumentos financeiros derivados são apresentados, consoante o caso, em “outros ativos financeiros” ou “outros passivos financeiros” e como não correntes ou como correntes, seguindo o critério como o financiamento está apresentado no Balanço.

(n.2) Fornecedores

As contas a pagar a fornecedores são reconhecidas inicialmente pelo respetivo justo valor e, subsequentemente, são mensuradas ao custo amortizado, de acordo com o método da taxa de juro efetiva.

(n.3) Outras dívidas a pagar

Os fornecedores de investimentos – contas gerais, estão mensuradas ao custo amortizado utilizando o método do juro efetivo.

As restantes dívidas a pagar estão mensuradas ao custo amortizado.

(n.4) Adiantamentos de clientes

Os adiantamentos de clientes estão mensurados ao custo amortizado.

(o) Efeito das alterações das taxas de câmbio

Os saldos que se mantenham em dívida no final do ano são convertidos à taxa de câmbio do fecho e a diferença é reconhecida em resultados.

As cotações cambiais usadas para conversão dos saldos a receber e a pagar em moedas estrangeiras de países fora da zona Euro à data do balanço foram as seguintes:

2020:	Saldos devedores	Saldos credores
CHF	1,08401	1,07968
GBP	0,89674	0,89316
USD	1,22454	1,21965
JPY	126,642	125,957
SEK	10,0667	10,0266
CAD	1,56236	1,55613

2019:	Saldos devedores	Saldos credores
CHF	1,08792	1,08357
GBP	0,84834	0,84496
USD	1,12464	1,12015
JPY	122,203	121,716
SEK	10,5246	10,4826
CAD	1,45846	1,45263

(p) Vendas e prestações de serviços

As vendas e as prestações de serviços são mensuradas pelo justo valor da retribuição recebida ou a receber deduzido das quantias relativas a descontos comerciais e de quantidade concedidos.

Quando é concedido crédito isento de juros aos compradores ou estes aceitam livranças com taxa de juro inferior à do mercado como retribuição pela venda dos bens, ou, de qualquer outra forma o influxo de dinheiro ou equivalentes de dinheiro é diferido, a diferença entre o justo valor da retribuição e a quantia nominal da retribuição é reconhecida como rédito de juros, durante o período que medeia entre a data do reconhecimento do rédito e a data efetiva do recebimento.

Quando o preço da venda dos produtos/serviços inclui uma quantia identificável de serviços subsequentes, essa quantia é diferida e reconhecida como rédito durante o período em que o serviço é executado.

Embora o rédito somente seja reconhecido quando for provável que os benefícios económicos associados à transação fluam para a empresa, quando surja uma incerteza acerca da cobrabilidade de uma quantia já incluída no rédito, a quantia incobrável, ou a quantia com respeito à qual a recuperação tenha cessado de ser provável, é reconhecida como uma imparidade (saldo a receber), e não como um ajustamento da quantia de rédito originalmente reconhecido.

Seguem-se algumas especificidades relativas ao reconhecimento das vendas e das prestações de serviços:

(p.1) Vendas

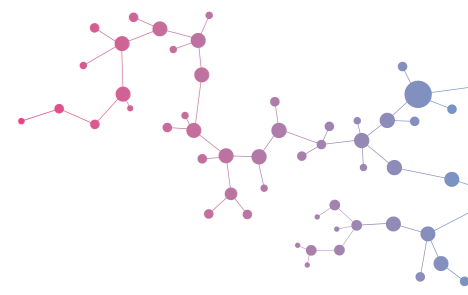
O rédito proveniente da venda de bens é reconhecido quando estão satisfeitas todas as condições seguintes:

- Tenham sido transferidos para o comprador os riscos e vantagens significativos da propriedade dos bens;
- Não se mantenha envolvimento continuado de gestão com grau geralmente associado com a posse, nem o controlo efetivo dos bens vendidos;
- A quantia do rédito possa ser mensurada com fiabilidade;
- Seja provável que os benefícios económicos associados com a transação fluam para a entidade; e
- Os custos incorridos ou a serem incorridos referentes à transação possam ser mensurados com fiabilidade.

(p.2) Prestações de serviços

O rédito das prestações de serviços é reconhecido quando o desfecho da transação pode ser estimado com fiabilidade o que ocorre quando todas as condições seguintes são satisfeitas:

- A quantia de rédito pode ser mensurada com fiabilidade;



- É provável que os benefícios económicos associados à transação fluam para o Grupo;
- A fase de acabamento da transação à data do balanço pode ser mensurada com fiabilidade; e
- Os custos incorridos com a transação e os custos para concluir a transação podem ser mensurados com fiabilidade.

Pagamentos progressivos e adiantamentos de clientes não são tidos em conta para a determinação da percentagem de acabamento.

O rédito resultante da venda de licenciamento de investigação própria é reconhecido quando os acordos são celebrados e os riscos e benefícios inerentes à exploração da licença são transferidos de forma irreversível para a contraparte, esta não depende do continuado envolvimento da empresa para beneficiar do bem transferido, e a receita recebida não é reembolsável. Para além da venda do licenciamento, os contratos realizados preveem a obtenção de receitas adicionais condicionadas à realização de determinados eventos (“milestones”) que dependem do esforço continuado da empresa. A receita reconhecida corresponde ao justo valor atribuído a cada uma das componentes separadas previstas no acordo de licenciamento quando o “milestone” é atingido. A contabilização dos milestones é efetuada de acordo com o guidance da IFRS 15.

O rédito resultante de vendas do Zebinix e do ONgentys para alguns Países da Europa e do Aptiom para os EUA, é estimado e posteriormente validado após conhecido o montante de vendas realizadas pela empresa que comercializa o produto.

(q) Trabalhos para a própria entidade

As normas contabilísticas preveem que poderão ser adicionados ao custo de um ativo qualificável (em termos simples, os ativos que demoram um período substancial de tempo para ficarem prontos para o seu uso pretendido ou para venda), as despesas suportadas com a finalidade de colocar a operar esse ativo, incluindo os encargos financeiros associados suportados nesse período.

A estratégia do Grupo para o desenvolvimento dos projetos de investigação em curso passa por um investimento considerável em recursos internos e não apenas em recursos externos.

Esta rubrica refere-se a projetos de desenvolvimento, efetuados internamente pelas empresas do grupo, e que são capitalizadas em ativo intangível. A mensuração é efetuada ao custo e inclui materiais, mão-de-obra direta e gastos gerais de fabrico imputados tendo por base a capacidade normal de produção.

(r) Benefícios dos empregados

Não estão atribuídos benefícios pós-emprego.

De acordo com a legislação laboral em vigor os empregados têm direito

a férias e a subsídio de férias no ano seguinte àquele em que o serviço é prestado. Assim, foi reconhecido nos resultados do exercício um acréscimo do montante a pagar no ano seguinte o qual se encontra refletido na rubrica “outras dívidas a pagar”.

As distribuições de lucros a empregados são reconhecidas em “gastos com o pessoal” no período a que respeitam e não como uma distribuição de resultados, quando aplicável.

A Empresa deve reconhecer um passivo e um gasto relativo aos benefícios de cessação de emprego na mais antiga das seguintes datas:

- Quando a Empresa já não pode retirar a oferta de tais benefícios; e
- Quando a entidade reconhece os custos de uma reestruturação e que se inscreve no âmbito da NCRF 21 e que implica o pagamento de benefícios de cessação de emprego.

(s) Subsídios e outros apoios a entidades públicas

O benefício de um empréstimo de uma entidade pública com uma taxa de juro inferior à do mercado é tratado como um subsídio de entidade pública. O empréstimo deve ser reconhecido e aferido em conformidade com a NCRF 27. O benefício da taxa de juro inferior à do mercado deve ser determinado como a diferença entre a quantia escriturada inicial do empréstimo determinada em conformidade com a NCRF 27 e a quantia recebida. O benefício é contabilizado em conformidade com a presente Norma. A entidade deve ter em conta as condições e obrigações que foram, ou devem ser, satisfeitas ao identificar os gastos que o benefício do empréstimo visa compensar.

(s1) Subsídios à exploração

São reconhecidos nesta rubrica os subsídios não reembolsáveis que não estejam relacionados com ativos.

Os subsídios só são reconhecidos quando existe uma segurança razoável de que a empresa cumpriu/irá cumprir com as condições a ele associadas e que o subsídio será recebido.

Os subsídios à exploração são registados na demonstração dos resultados durante os períodos em que são reconhecidos os gastos a compensar.

(s2) Subsídios ao investimento

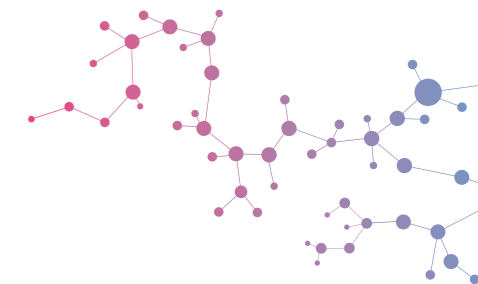
Ver nota (I.5).

(t) Juros e gastos similares suportados

Os gastos com financiamento são reconhecidos na demonstração de resultados do período a que respeitam e incluem:

- Juros suportados determinados com base no método da taxa de juro efetiva;





- Juros de instrumentos financeiros de cobertura de risco de taxa de juro (Swap).

Os custos financeiros de financiamento atribuíveis à aquisição, construção ou produção de ativos fixos tangíveis e ativos intangíveis são capitalizados, fazendo parte do custo do ativo. A capitalização destes custos começa após o início de preparação das atividades de construção ou desenvolvimento do ativo e é interrompido com o final da produção ou construção do ativo, ou quando o projeto em causa se encontra suspenso.

(u) Instrumentos financeiros de cobertura

Só são considerados instrumentos financeiros de cobertura a parte efetiva dos derivados que forem designados como tal e em que a entidade espera que as alterações no justo valor ou fluxos de caixa no item coberto, atribuíveis ao risco que está a ser coberto, compensarão praticamente as alterações de justo valor ou fluxos de caixa do instrumento de cobertura.

Na ausência de orientações detalhadas na NCRF 27 – Instrumentos financeiros sobre a forma de testar e documentar a efetividade da cobertura, as entidades englobadas na consolidação seguem as disposições aplicáveis da IAS 39 – Instrumentos financeiros.

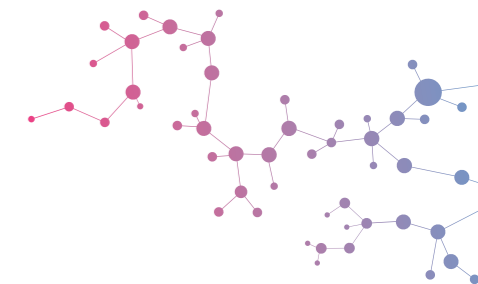
As variações no justo valor dos instrumentos derivados de cobertura de risco de taxa de juro fixa ou de risco de preço de mercadorias detidas, bem como as alterações no justo valor do ativo ou passivo sujeito àquele risco, são reconhecidas em resultados na rubrica “aumentos/reduções por justo valor”.

As variações no justo valor dos instrumentos derivados de cobertura de risco de variabilidade de taxa de juro, risco cambial, risco de preço de mercadorias no âmbito de um compromisso ou de elevada probabilidade de transação futura são reconhecidas no capital próprio na rubrica “ajustamentos em ativos financeiros” na sua componente efetiva e em resultados, na rubrica “aumentos/reduções por justo valor”, na sua componente não efetiva. Os valores registados na rubrica “ajustamentos em ativos financeiros” são transferidos para resultados para a rubrica “aumentos/reduções por justo valor” no período em que o item coberto tiver efeito em resultados.

A componente não efetiva daquelas variações é reconhecida de imediato em resultados. A empresa opta por efetuar esta cobertura através da contratação de financiamentos em moeda estrangeira.

A contabilização de cobertura é descontinuada quando o instrumento de cobertura atinge a maturidade, o mesmo é vendido ou exercido ou quando a relação de cobertura deixa de cumprir os requisitos exigidos na NCRF 27- Instrumentos financeiros nos termos detalhados na IAS 39 – Instrumentos financeiros.

A parte efetiva dos instrumentos derivados de cobertura são apresentados no balanço em “outros ativos financeiros” ou em “financiamentos obtidos”



consoante a sua natureza seja, respetivamente, devedora ou credora, e como não correntes ou como correntes dependendo da rubrica onde os respetivos instrumentos cobertos estão apresentados no balanço.

Se aplicável, instrumentos financeiros derivados não considerados de cobertura vencíveis a curto prazo que são registados em caixa e depósitos bancários. À data de 31 de dezembro de 2019 e 2020 não existem instrumentos financeiros nestas condições.

(v) Ativos e passivos contingentes

Um ativo contingente é um possível ativo proveniente de acontecimentos passados e cuja existência só será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais acontecimentos futuros incertos não totalmente sob o controlo da entidade.

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras para não resultarem no reconhecimento de rendimentos que podem nunca ser realizados.

Contudo, são divulgados quando for provável a existência de um influxo futuro.

Um passivo contingente é:

- Uma obrigação possível que provém de acontecimentos passados e cuja existência só será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais acontecimentos futuros incertos não totalmente sob o controlo da entidade, ou
- Uma obrigação presente que decorra de acontecimentos passados mas que não é reconhecida porque:
 - Não é provável que uma saída de recursos seja exigida para liquidar a obrigação, ou
 - A quantia da obrigação não pode ser mensurada com suficiente fiabilidade.

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras para não resultarem no reconhecimento de gastos que podem nunca se tornar efetivos.

Contudo, são divulgados sempre que existe uma probabilidade de exfluxos futuros que não seja remota.

(x) Eventos subsequentes

Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre as condições que existiam à data do balanço são refletidos nas demonstrações financeiras consolidadas. Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data do balanço são divulgados no anexo às demonstrações financeiras, se materiais.

(z) Ativos e Passivos não correntes detidos para venda

Esta rubrica inclui ativos não correntes cuja quantia escriturada é recuperada principalmente através de uma transação de venda em lugar de o ser pelo uso continuado e que satisfazem as seguintes condições:

- Estão disponíveis para venda imediata na sua condição presente, sujeito apenas aos termos que sejam habituais e costumeiros para a venda de tais ativos (ou grupos para alienação) e
- A sua venda é altamente provável. Isto é:
 - A hierarquia de gestão apropriada está empenhada num plano para vender o ativo (ou grupo para alienação);
 - Foi iniciado um programa para localizar um comprador e concluir o plano;
 - O ativo (ou grupo para alienação) foi amplamente publicitado para venda a um preço que é razoável em relação ao seu justo valor corrente;
 - Espera-se que a venda se qualifique para reconhecimento como venda concluída dentro de um ano a partir da data da classificação.

3.2. Bases de consolidação

O universo empresarial do Grupo é composto pelas subsidiárias descritas na Nota 6.

As associadas são reconhecidas e mensuradas de acordo com os critérios descritos no parágrafo 3.1. (e).

Em obediência ao disposto no artº 6 do Decreto-lei nº 158/2009, de 15 de julho, que aprovou o SNC, a entidade apresenta contas consolidadas do Grupo constituído por ela própria e por todas as Subsidiárias nas quais:

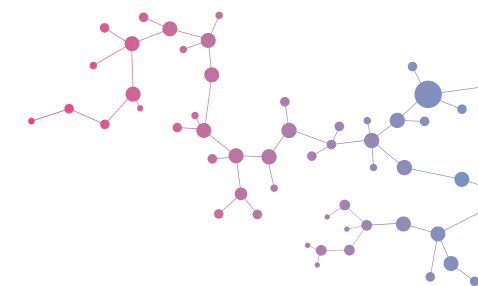
Independentemente da titularidade do capital, se verificar que, em alternativa:

- Pode exercer, ou exerce efetivamente, influência dominante ou controlo;
- Exerce a gestão como se as duas constituíssem uma única entidade;

Sendo titular de capital:

- Tem a maioria dos direitos de voto, exceto quando se demonstrar que esses direitos não conferem o controlo;
- Tem o direito de designar ou de destituir a maioria dos titulares do órgão de gestão de uma entidade com poderes para gerir as políticas financeiras e operacionais dessa entidade;
- Exerce uma influência dominante sobre uma entidade, por força de um contrato celebrado com esta ou de uma outra cláusula do contrato social desta;
- Detém pelo menos 20 % dos direitos de voto e a maioria dos titulares do órgão de gestão de uma entidade com poderes para gerir as políticas financeiras e operacionais dessa entidade, que tenham estado





em funções durante o exercício a que se reportam as demonstrações financeiras consolidadas, bem como, no exercício precedente e até ao momento em que estas sejam elaboradas, tenham sido exclusivamente designados como consequência do exercício dos seus direitos de voto;

- Dispõe, por si só ou por força de um acordo com outros titulares do capital desta entidade, da maioria dos direitos de voto dos titulares do capital da mesma.

A existência e o efeito dos direitos de voto potenciais que sejam correntemente exercíveis ou convertíveis são considerados quando se avalia se existe ou não controlo.

As subsidiárias são consolidadas pelo método da consolidação integral desde a data de aquisição sendo esta a data na qual o Grupo obtém controlo, e continuam a ser consolidadas até à data em que o controlo deixa de existir.

As demonstrações financeiras das subsidiárias são preparadas a partir da mesma data de relato que a casa-mãe, usando políticas contabilísticas consistentes.

Todos os saldos e os ganhos e perdas ainda não realizados resultantes de transações intragrupo são eliminados por inteiro.

Os interesses minoritários são apresentados separadamente.

É utilizado o método de compra para contabilizar a aquisição das subsidiárias. O custo de uma aquisição é mensurado pelo justo valor dos bens entregues, dos instrumentos de capital emitidos e dos passivos incorridos, ou assumidos na data de aquisição, adicionados dos gastos diretamente atribuíveis à aquisição.

O excesso do custo de aquisição relativamente à parcela do Grupo no justo valor dos ativos líquidos identificáveis e passivos contingentes adquiridos é reconhecido como goodwill. Se o custo de aquisição for inferior àquele justo valor dos ativos líquidos da subsidiária adquirida, a diferença é reconhecida diretamente na demonstração dos resultados no exercício em que é apurada, depois de reavaliar o processo de identificação e mensuração do justo valor dos ativos líquidos e passivos contingentes.

No processo de consolidação, as transações, saldos e ganhos não realizados em transações intragrupo e dividendos distribuídos entre empresas do grupo são eliminados. As perdas não realizadas são também eliminadas, exceto se a transação revelar evidência da existência de imparidade nos ativos transferidos e ainda não alienados.

As políticas contabilísticas utilizadas pelas subsidiárias na preparação das suas demonstrações financeiras individuais são alteradas, sempre que necessário, de forma a garantir consistência com as políticas adotadas pelo Grupo.

Às diferenças temporárias que surgem da eliminação dos resultados pro-

venientes de transações intragrupo é aplicado o disposto na NCRF 25 — Impostos sobre o rendimento.

O capital próprio e o resultado líquido das subsidiárias que são detidos por terceiros alheios ao Grupo, são apresentados nas rubricas de “interesses minoritários” no balanço consolidado (de forma autónoma dentro do capital próprio) e na demonstração consolidada dos resultados, respetivamente. Na data de cada concentração das atividades empresariais, os valores atribuíveis aos minoritários são determinados aplicando a percentagem de interesse detida por eles ao justo valor dos ativos líquidos identificáveis e passivos contingentes adquiridos.

Quando os prejuízos atribuíveis aos acionistas minoritários excedem o seu interesse no capital próprio da subsidiária, o Grupo absorve esse excesso e quaisquer prejuízos adicionais, exceto quando os minoritários têm a obrigação e são capazes de cobrir esses prejuízos. Se e quando a subsidiária reporta lucros, o Grupo apropria todos os lucros, até que a parte minoritária dos prejuízos absorvidos pelo Grupo tenha sido recuperada.

Uma entidade estando sujeita ao SNC é obrigada a preparar demonstrações financeiras consolidadas em Euro independentemente de a moeda funcional de algumas empresas do grupo não ser o Euro.

Não houve alterações na moeda funcional nem em relação à casa-mãe nem em relação a cada uma das unidades operacionais estrangeiras significativas.

3.3. Principais julgamentos e estimativas utilizados na preparação das demonstrações financeiras:

Na preparação das demonstrações financeiras consolidadas de acordo com o SNC, o Conselho de Administração do Grupo utiliza julgamentos, estimativas e pressupostos que afetam a aplicação de políticas e montantes reportados.

As estimativas e julgamentos são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência de eventos passados e outros fatores, incluindo expectativas relativas a eventos futuros considerados prováveis face às circunstâncias em que as estimativas são baseadas ou resultado de uma informação ou experiência adquirida.

Os efeitos reais podem diferir dos julgamentos e estimativas efetuados, nomeadamente no que se refere ao impacto dos gastos e rendimentos que venham realmente a ocorrer. Nestas circunstâncias, é de realçar o seguinte:

(a) Reconhecimento de receitas de licenciamento a terceiros

Os contratos de licenciamento celebrados são complexos, envolvem “múltiplos elementos” e incluem geralmente:

- Recebimentos iniciais não reembolsáveis;



- Recebimentos adicionais condicionadas à ocorrência de eventos com alguma incerteza (“milestones”);
- Royalties;
- Determinação do preço do futuro fornecimento de matéria prima ou produto acabado.

Para que a receita de licenciamento seja inteiramente reconhecida no momento do recebimento é necessário avaliar se o bem entregue tem um valor intrínseco “standalone value” para a contraparte. Esta avaliação requer um julgamento extensivo, endereçando questões como, por exemplo, saber se tem a contraparte a experiência e competências necessárias para desenvolver o produto com vista à futura comercialização, sem os serviços de BIAL e/ou se há outros fornecedores de I&D que possam fornecer esses serviços adicionais de desenvolvimento.

Para que um determinado evento seja considerado de “milestone” é necessário que tenha alguma incerteza associada à sua ocorrência e que esteja dependente do desempenho da entidade ou de um determinado resultado originado pelo desempenho da entidade, para além de ter de originar o direito a receber pagamentos adicionais. Estes pagamentos devem cumprir os seguintes critérios:

- São compagináveis com o desempenho da entidade para atingir o milestone ou o valor acrescentado ao item entregue como consequência do facto do milestone ter sido atingido;
- São relacionados unicamente com eventos passados; e
- São razoáveis quando comparados com todos os pagamentos e todas as restantes entregas previstas no acordo.

Torna-se, por isso, necessário realizar uma análise detalhada de cada um dos “múltiplos elementos” previstos nos contratos e do contrato como um todo para determinar qual a alocação de receita a cada um dos “elementos” identificados.

(b) Projetos de desenvolvimento

Os gastos de desenvolvimento são capitalizados de acordo com a política contabilística descrita na Nota 3.1-d. A capitalização inicial do custo baseia-se no julgamento do Conselho de Administração de que se confirma a exequibilidade técnica e económica normalmente quando um projeto de desenvolvimento de um produto alcançou um marco de acordo com o modelo de projeto estabelecido pelo Conselho de Administração (geralmente a entrada na Fase III). Na determinação das quantias a serem capitalizadas, o Conselho de Administração faz suposições acerca dos esperados fluxos de caixa que serão gerados no futuro pelo projeto, taxas de desconto a serem aplicadas e período esperado de benefícios.

O Zebinix – primeiro medicamento (antiepilético) de investigação própria lançado no mercado por uma empresa portuguesa - obteve a autorização das autoridades europeias, em fevereiro de 2009, ratificada pela Comissão Europeia em abril de 2009, e começou a ser comercializado em setembro



de 2009 (em Portugal em abril de 2010), estando atualmente a ser comercializado na Europa.

Nos EUA, obteve-se a atribuição da autorização por parte da FDA para o Aptiom (marca do medicamento antiepilético no mercado americano) em novembro de 2013, tendo-se iniciado a comercialização nos EUA em abril de 2014.

A aprovação inicial obtida na Europa destina-se ao uso de Zebinix em doentes refratários, como adjuvante, ou seja, o Zebinix é prescrito a doentes que utilizam um outro medicamento de combate à epilepsia e, posteriormente, foi aprovado o uso em “monoterapia” em consequência da aprovação obtida em 2017. Também é usado em pediatria desde 2017. A aprovação inicial obtida nos EUA para o Aptiom abrange o uso em doentes refratários, como adjuvante e, posteriormente, o uso em “monoterapia”, em consequência da aprovação obtida em 2015.

O novo medicamento para a doença de Parkinson (opicapone) encontra-se licenciado para o Japão desde 2012, tendo sido licenciado para os EUA em 2017.

O início da comercialização na Europa ocorreu em 2016. Em 2020 iniciou-se a comercialização nos EUA, Japão, Coreia do Sul, Taiwan e Suíça.

(c) Vida útil dos ativos fixos tangíveis e intangíveis

A vida útil de um ativo é o período durante o qual uma entidade espera que esse ativo esteja disponível para seu uso e deve ser revista pelo menos no final de cada exercício económico.

O método de amortização/depreciação a aplicar e as perdas estimadas decorrentes da substituição de equipamentos antes do fim da sua vida útil, por motivos de obsolescência tecnológica, é essencial para determinar a vida útil efetiva de um ativo.

Estes parâmetros são definidos de acordo com a melhor estimativa da gestão, para os ativos e negócios em questão, considerando também as práticas adotadas por empresas dos setores em que o Grupo opera.

No caso particular dos projetos de desenvolvimento, o período de vida útil atribuído excede o prazo de proteção das patentes, tendo sido relevante a informação histórica existente na indústria sobre medicamentos similares e o grau de penetração dos genéricos para aferir a vida útil estimada.

O Conselho de Administração entende que o período de vida útil de 20 anos atribuído ao Aptiom/Zebinix e o Ongentys corresponde a uma estimativa prudente, no sentido em que se prevê que a sua comercialização continue na década de 30.

De acordo com as alterações ao normativo contabilístico (ver nota 2), a Empresa passou a amortizar o goodwill a partir de 2016 por um período de 10 anos.

(d) Impostos diferidos ativos

São reconhecidos impostos diferidos ativos para todos os prejuízos recuperáveis e créditos fiscais na medida em que seja provável que venha a existir lucro tributável contra o qual as perdas possam ser utilizadas.

Tendo em conta os benefícios fiscais à Investigação e Desenvolvimento, torna-se necessário julgamento por parte do Conselho de Administração para determinar a quantia de impostos diferidos ativos que podem ser reconhecidos, tendo em conta:

- A data e quantia prováveis de lucros futuros tributáveis, e
- As estratégias de otimização fiscal futuras.

A recuperação dos impostos diferidos tem como pressuposto subjacente, a previsão de vendas de Aptiom/Zebinix, a obtenção de novas receitas previstas no contrato de licenciamento do novo medicamento para a doença de Parkinson para os EUA, Japão e resto do mundo, bem como a revisão da relação entre empresas do Grupo e repartição de gastos e rendimentos.

(e) Imparidade de ativos não financeiros

A imparidade ocorre quando o valor contabilístico de um ativo ou de uma unidade geradora de caixa excede a sua quantia recuperável a qual é a mais alta entre o justo valor menos o custo de venda e o seu valor de uso.

O cálculo do justo valor menos o custo de vender é baseado na informação que existe de contratos já firmados em transações de ativos similares, com entidades nas quais não existe relacionamento entre elas, ou preços observáveis no mercado menos custos incrementais para vender o ativo.

O valor em uso é calculado com base num modelo de fluxos de caixa descontados que têm em conta um orçamento que não inclui atividades de reestruturação, relativamente às quais ainda não haja qualquer compromisso nem investimentos futuros significativos destinados a melhorar os benefícios económicos futuros que advirão da unidade geradora de caixa que está a ser testada.

No que diz respeito aos ativos intangíveis (projetos de desenvolvimento), as variáveis mais sensíveis no teste de imparidade são:

- Período de proteção da patente;
- Receitas de licenciamento estimadas;
- Quota de mercado em cada país;
- Preços aprovados em cada país.

(f) Imparidade das contas a receber

O risco de crédito dos saldos de contas a receber é avaliado a cada data de relato, tendo em conta a informação histórica do devedor e o seu perfil de risco tal como referido no parágrafo 3.1.

As contas a receber são ajustadas pela avaliação efetuada dos riscos esti-

mados de cobrança existentes à data do balanço, os quais poderão divergir do risco efetivo a incorrer no futuro.

(g) Provisões

O reconhecimento de provisões tem inerente a determinação da probabilidade de saída de fluxos futuros e a sua mensuração com fiabilidade.

Estes fatores estão muitas vezes dependentes de acontecimentos futuros e nem sempre sob o controlo do Grupo, pelo que poderão conduzir a ajustamentos significativos futuros, quer por variação dos pressupostos utilizados, quer pelo futuro reconhecimento de provisões anteriormente divulgadas como passivos contingentes.

4. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

Não se regista qualquer alteração em estimativas contabilísticas, com efeito no período corrente ou que se espera que tenham efeito em futuros períodos.

Não se regista qualquer erro material de períodos anteriores.

5. Fluxos de Caixa

O saldo de Caixa e seus equivalentes, constante da demonstração de fluxos de caixa é assim decomposto:

Descrição	2020	2019
Numerário	122 282	105 471
Depósitos bancários imediatamente mobilizáveis	57 306 451	68 793 588
Depósitos a prazo	12 849	12 114 215
Disponibilidades constantes do balanço	57 441 583	81 013 275
Depósitos à ordem - descobertos bancários	0	0
Caixa e seus equivalentes	57 441 583	81 013 275

O Grupo possui negociados e não utilizados com diversas instituições financeiras, financiamentos, descobertos bancários e contas caucionadas no montante de € 25,5 M.

Ao longo de 2020 foi concretizada uma significativa redução da dívida (€ 66 M), que foi conseguida pela utilização do cash flow gerado em 2020 e pela redução do excesso de disponibilidades.

6. Empresas incluídas na consolidação

As demonstrações financeiras compreendem as seguintes empresas, todas elas detidas diretamente ou indiretamente por BIAL-Holding, S.A..

Empresa:	Sede:	Cap. Social	% detida pelo Grupo
BIAL - Portela & C ^a , S.A.	Trofa	EUR 50 000 000	100%
MediBIAL, S.A.	Trofa	EUR 50 000	100%
BIALport, S.A.	Trofa	EUR 50 000	100%
InterBIAL, S.A.	Trofa	EUR 50 000	100%
BIAL OTC, S.A.	Trofa	EUR 50 000	100%
Novipharma, S.A.	Nyon	CHF 111 100	90%
Laboratorios BIAL, S.A.	Madrid	EUR 60 200	100%
Medimport, Lda	Maputo	MZM 7 000 000	100%
BIAL Angola, S.A.	Luanda	USD 20 000	100%
BIAL América Latina, S.A.	Panamá	USD 10 000	100%
BIAL Pharma UK Limited	Windsor	GBP 100 000	100%
BIAL Deutschland GmbH	Mörfelden-Walldorf	EUR 25 000	100%
BIAL Italia S.R.L	Milão	EUR 25 000	100%
BIAL, S.A.	Nyon	CHF 100 000	100%
BIAL - R&D INVESTMENTS, S.A.	Trofa	EUR 8 000 000	100%
BIAL - BIOTECH INVESTMENTS INC	Cambridge (USA)	USD 2 000 000	100%

7. Empresas excluídas de consolidação integral

Todas as empresas do Grupo foram incluídas na consolidação integral.

8. Goodwill

O goodwill diz respeito às seguintes participações:

	ANO DE AQUISIÇÃO	2020	2019
Bial - Portela & C ^a , S.A.	2001-2003	8 490 686	10 188 823

O goodwill de Bial - Portela & C^a, S.A. é amortizado em dez anos, a partir de 2016.

9. Alteração das empresas incluídas na consolidação

Em 2020 foram criadas e incluídas no perímetro de consolidação as empresas BIAL - R&D INVESTMENTS, S.A. e BIAL - BIOTECH INVESTMENTS INC, decorrente da concretização de operação de aquisição nos Estados Unidos, no âmbito da estratégia de expansão e internacionalização da atividade de I&D do Grupo.

10. Imposto sobre lucros

Impostos diferidos	Base	Ativos	Passivos	Efeito Líquido
Saldo em 31 de dezembro de 2019				
Reavaliação livre de terrenos - Portugal	-6 566 540		1 477 472	-1 477 472
Ajustamentos e provisões – Portugal (b)	20 477 414	4 607 418		4 607 418
Diferenças temporárias – Espanha	-589 401	711 591	876 624	-165 033
Diferenças temporárias – Itália	1 222	341		341
Diferenças temporárias – Suíça				
Dif temporária – Itália/Espanha/Suíça (c)	22 450 000	5 051 250		5 051 250
Créditos fiscais – Itália	1 272 058	305 294		305 294
Diferenças temporárias – Medimport	360 444	156 666	41 324	115 342
Diferenças temporárias – Bial UK	-6 517		1 173	-1 173
Instrumentos financeiros - Portugal	545 531	122 745		122 745
Créditos fiscais – Portugal (a)	51 614 856	51 614 856		51 614 856
		62 570 158	2 396 592	60 173 566
Movimento do ano, líquido				
Impacto na DR				
Ajustamentos e provisões – Portugal (b)	-2 275 267	-511 935		-511 935
Diferenças temporárias – Espanha	2 340 693	655 394		655 394
Diferenças temporárias – Itália	583 781	162 875		162 875
Diferenças temporárias – Suíça	155 477	21 456		21 456
Dif temporária – Itália/Espanha/Suíça (c)	552 500	124 313		124 313
Créditos fiscais - Itália	1 323 963	317 751		317 751
Diferenças temporárias – Medimport	1 317 453	387 352	-34 233	421 585
Diferenças temporárias – Bial UK	736		-75	75
Créditos fiscais – Portugal (a)	-1 558 972	-1 558 972		-1 558 972
Subtotal (1)		-401 766	-34 307	-367 459
Sem impacto na DR				
Reavaliação livre de terrenos - Portugal				
Instrumentos financeiros - Portugal	-80 829	-18 187		-18 187
Créditos fiscais – Portugal (a)	1 851 162	1 851 162		1 851 162
Subtotal (2)		1 832 975		1 832 975
Total (1)+(2)		1 431 209	-34 307	1 465 516
Saldo em 31 de dezembro de 2020				
Reavaliação livre de terrenos - Portugal	-6 566 540		1 477 472	-1 477 472
Ajustamentos e provisões – Portugal (b)	18 202 147	4 095 483		4 095 483
Diferenças temporárias – Espanha	1 751 291	1 366 985	876 624	490 361
Diferenças temporárias – Itália	585 004	163 216		163 216
Diferenças temporárias – Suíça	155 477	21 456		21 456
Dif temporária – Itália/Espanha/Suíça (c)	23 002 500	5 175 563		5 175 563
Créditos fiscais – Itália	2 596 021	623 045		623 045
Diferenças temporárias – Medimport	1 677 897	544 018	7 092	536 927
Diferenças temporárias – Bial UK	-5 781		1 098	-1 098
Instrumentos financeiros - Portugal	464 702	104 558		104 558
Créditos fiscais – Portugal (a)	51 907 046	51 907 046		51 907 046
TOTAL		64 001 367	2 362 285	61 639 082

- a) Acresceu-se o crédito fiscal de I&D (SIFIDE) de 2020 e registou-se a utilização do crédito fiscal no exercício.
- b) Inclui imparidade constituída para o projeto de desenvolvimento do BIA2 na área da dor neuropática, respetivamente neuralgia pós-herpética e diabética (nota 12).
- c) Consiste nos impostos diferidos gerados pelo licenciamento de Bial-Portela do medicamento Ongentys para as filiais espanhola, italiana e suíça.

Reconciliação do imposto do exercício e do imposto corrente	Montante
Imposto corrente:	
Resultado antes de impostos	49 673 053
Diferenças permanentes	4 499 931
Diferenças temporárias	-2 105 746
Resultado tributável	52 067 237
Taxa de imposto (Sede)	21%
Outras diferentes bases	10% - 32%
Coleta	4 828 135
Tributações autónomas e derrama	729 902
(I) Imposto corrente	5 558 037
Imposto diferido:	
Movimento no período	367 459
(II) Imposto diferido	367 459
Imposto sobre rendimento do exercício (I) + (II)	5 925 496

São reconhecidos impostos diferidos ativos sempre que existe razoável segurança de que são gerados lucros futuros contra os quais os ativos poderão ser utilizados. Os impostos diferidos ativos são revistos anualmente e reduzidos sempre que deixe de ser provável que os mesmos possam ser utilizados.

Seguidamente, apresentamos o detalhe dos créditos fiscais de Portugal (em milhares de euros) e o respetivo prazo de expiração:

DESCRIÇÃO	ANO	MONTANTE	PRAZO EXPIRAÇÃO
SIFIDE	2014	8.057	2022
SIFIDE	2015	8.558	2023
SIFIDE	2016	7.958	2024
SIFIDE	2017	7.362	2025
SIFIDE	2018	9.804	2026
SIFIDE	2019	7.011	2027
SIFIDE (*)	2020	6.887	2028
TOTAL		55 635	

*SIFIDE estimado.

Em dezembro de 2020, existem créditos fiscais (SIFIDE) disponíveis, no montante de € 55,6 M, a que correspondem impostos diferidos ativos potenciais de € 55,6 M. No entanto, apenas foram reconhecidos impostos diferidos ativos no valor de € 51,9 M, tendo em conta as projeções de lucros fiscais futuros até ao prazo de expiração dos créditos fiscais.

De acordo com a legislação em vigor, em Portugal, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos, seis anos em caso de prejuízo fiscal e utilização de créditos fiscais (cinco anos a partir de 2002; dez anos para a Segurança Social).

Deste modo, as declarações fiscais da empresa, dos anos de 2017 a 2020, poderão vir ainda a ser sujeitas a revisão, embora a empresa considere que eventuais correções resultantes de revisões fiscais àquelas declarações de impostos não deverão ter um efeito significativo nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020.

11. Clientes

	2020	2019
Portugal:		
Clientes armazenistas	5 337 822	4 409 802
Clientes laboratórios	2 832 196	3 272 510
Clientes estrangeiros	13 695 427	15 843 179
Outros	132 153	172.282
	21 997 598	23 697 773
Clientes de Espanha	9 951 474	11 672 173
Clientes de Angola	339 419	351 907
Clientes de Moçambique	1 722 090	3 534 538
Clientes de Itália	1 576 153	1 758 743
Clientes da Suíça	123 806	
Clientes Novipharma	310 393	6 167 305
Total sem imparidade	36 020 933	47 182 439

Está constituída uma imparidade de € 733 781 (€ 472 000 de Portugal, € 224 731 de Angola e € 37 050 de Moçambique) relativamente a clientes (2019: € 302 991).

12. Investimentos

O movimento ocorrido nas rubricas de investimentos e respetivas amortizações e ajustamentos é demonstrado no quadro seguinte.



(a) Ativo bruto

RÚBRICAS	2020			
	SALDO INICIAL	AUMENTOS	TRANSF. E ABATES	SALDO FINAL
ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS				
Terrenos e recursos naturais	8 646 508	809 699	2 950 000	12 406 207
Edifícios e outras construções	23 903 265	401 495	767 321	25 072 081
Equipamento básico	29 732 456	1 700 356	1 102 732	32 535 544
Equipamento de transporte	1 255 657	0	-355 712	899 945
Equipamento administrativo	10 411 901	640 935	-31 645	11 021 191
Outros ativos fixos tangíveis	1 629 212	64 985	-16 533	1 677 664
Imobilizações em curso	360 350	887 853	-347 571	900 632
Adiantamentos a fornecedores de investimento	3 518 674	1 581 330	-5 025 354	74 650
	79 458 023	6 086 653	-956 762	84 587 914
ATIVOS INTANGÍVEIS				
Projetos de desenvolvimento	344 239 850	2 544 756	-138 661	346 645 945
Propriedade industrial	44 764 416	2 412 090	-76 609	47 099 897
Outros ativos intangíveis	675 751		-9 829	665 922
Ativos intangíveis em curso	1 103 340	4 402 855	76 609	5 582 804
Goodwill	16 981 372			16 981 372
	407 764 730	9 359 701	-148 490	416 975 940
INVESTIMENTOS FINANCEIROS				
Partes de capital em outras empresas	114 820			114 820
Outras aplicações financeiras	373 031	93 262		466 293
	487 851	93 262		581 113
TOTAIS	487 710 604	15 539 617	-1 105 252	502 144 968

Os aumentos no Ativo intangível respeitam a projetos de desenvolvimento, relacionados com ensaios clínicos para testar o princípio ativo a aplicar em medicamentos inovadores, já comercializados.

De realçar, em 2020, a aquisição de ativos/propriedade intelectual na área da doença de Parkinson, à empresa norte-americana Lysosomal, no montante de 5 M USD.

RÚBRICAS	2019			
	SALDO INICIAL	AUMENTOS	TRANSF. E ABATES	SALDO FINAL
ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS				
Terrenos e recursos naturais	8 646 508			8 646 508
Edifícios e outras construções	27 569 909	403 683	-4 070 326	23 903 265
Equipamento básico	25 745 689	2 104 662	1 882 105	29 732 456
Equipamento de transporte	1 152 827	102 829		1 255 657
Equipamento administrativo	9 679 515	641 134	91 251	10 411 901
Outros ativos fixos tangíveis	1 662 138	91 999	-124 925	1 629 212
Imobilizações em curso	1 565 527	200 195	-1 405 373	360 350
Adiantamentos a fornecedores de investimento	2 290 000	1 989 547	-760 873	3 518 674
	78 312 113	5 534 050	-4 388 140	79 458 023
ATIVOS INTANGÍVEIS				
Projetos de desenvolvimento	338 568 839	5 671 011		344 239 850
Propriedade industrial	42 844 349	1 770 067	150 000	44 764 416
Outros ativos intangíveis	626 696	49 055		675 751
Ativos intangíveis em curso	857 085	396 255	-150 000	1 103 340
Goodwill	16 981 372			16 981 372
	399 878 342	7 886 388	-	407 764 730
INVESTIMENTOS FINANCEIROS				
Partes de capital em outras empresas	114 820			114 820
Outras aplicações financeiras	326 449	46 582		373 031
	441 269	46 582	-	487 851
TOTAIS	478 631 724	13 467 020	-4 388 140	487 710 604

(b) Amortizações

RÚBRICAS	2020			
	SALDO INICIAL	AUMENTOS	TRANSF. E ABATES	SALDO FINAL
ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS				
Terrenos e recursos naturais	0			0
Edifícios e outras construções	15 215 662	979 223		16 194 885
Equipamento básico	20 508 243	2 086 086	-289 099	22 305 231
Equipamento de transporte	809 552	73 482	-263 540	619 495
Equipamento administrativo	9 065 850	599 169	-90 256	9 574 763
Outros ativos fixos tangíveis	1 379 436	60 658	-7 548	1 432 546
	46 978 743	3 798 619	-650 442	50 126 920
ATIVOS INTANGÍVEIS				
Projetos de desenvolvimento	120 352 675	20 810 279		141 162 954
Propriedade industrial	29 308 146	5 055 237		34 363 383
Outros ativos intangíveis	615 230		-2 151	613 079
Goodwill	6 792 549	1 698 137		8 490 686
	157 068 600	27 563 653	-2 151	176 139 416
TOTAIS	204 047 343	31 362 272	-652 593	226 266 336

De realçar a amortização no ano do projeto de desenvolvimento do medicamento Zebinix para as áreas terapêutica antiepilética adjuvante, "monoterapia" e pediatria (€ 5 379 359, € 7 266 922 e € 2 105 085, respetivamente), cuja comercialização se iniciou em 2009, 2015 e 2017, respetivamente. Salientamos ainda a amortização no ano do projeto de desenvolvimento do medicamento Ongentys para a doença de Parkinson (€ 3 739 887), cuja comercialização se iniciou em 2016.

Encontra-se registadas perdas por imparidade de € 9 281 750 e € 8 920 394, relativas, respetivamente, ao projeto de desenvolvimento do BIA2 na área da dor neuropática neuralgia diabética e da dor neuropática neuralgia pós-herpética, que correspondem ao total do custo do investimento líquido de amortização.

RÚBRICAS	2019			
	SALDO INICIAL	AUMENTOS	TRANSF. E ABATES	SALDO FINAL
ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS				
Terrenos e recursos naturais				
Edifícios e outras construções	16 032 289	1 242 065	-2 058 692	15 215 662
Equipamento básico	19 141 212	1 476 402	-109 371	20 508 243
Equipamento de transporte	731 524	78 028	-	809 552
Equipamento administrativo	8 503 180	575 932	-13 261	9 065 850
Outros ativos fixos tangíveis	1 393 084	35 526	- 49 174	1 379 436
	45 801 289	3 407 953	-2 230 498	46 978 744
ATIVOS INTANGÍVEIS				
Projetos de desenvolvimento	99 699 618	20 653 057		120 352 675
Propriedade industrial	24 763 257	4 544 889		29 308 146
Outros ativos intangíveis	578 153	37 077		615 230
Goodwill	5 094 409	1 698 140		6 792 549
	157 068 600	27 563 653	-2 151	176 139 416
TOTAIS	175 936 726	30 341 116	-2 230 498	204 047 343

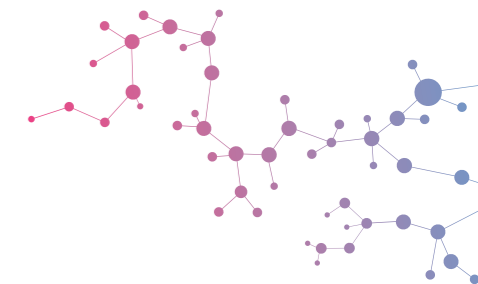
(c) Imparidade

DESCRIÇÃO	IMPARIDADES	AUMENTO	AJUSTAMENTO	REVERSÃO	TOTAL
Projetos de desenvolvimento	20 477 413	0		2 275 268	18 202 144
Propriedade industrial	57 274	0		17 127	40 147
TOTAL	20 534 687	0		2 292 394	18 242 292

A imparidade dos ativos intangíveis é testada anualmente independentemente de haver ou não indicação de que estes ativos possam estar em imparidade.

Dado que estes ativos não geram só por si fluxos de caixa, são imputados às Unidades Geradoras de Caixa (UGC) a que pertencem por forma a determinar o respetivo valor de uso.

O valor de uso do ativo intangível é determinado, utilizando projeções de fluxos de caixa durante o período no qual os medicamentos estão protegidos pela patente (geralmente até 2028, com redução significativa após 2021, data a partir da qual a patente expira) aprovados pela Administra-



ção, as quais têm em conta as receitas provenientes da comercialização dos medicamentos e as receitas provenientes de “milestones”, deduzidas das despesas de desenvolvimento associadas.

Em sequência do teste de imparidade efetuado, conclui-se que existe uma margem de segurança elevada face a variações não estimadas, quer das receitas, quer da taxa de desconto, que permite a recuperabilidade do ativo.

O cálculo do valor descontado (método dos “Discounted Cash-Flows”) é especialmente sensível às seguintes variáveis:

- Quota de mercado durante o período orçamental;
- Margem bruta;
- Taxa de crescimento;
- Período de vida útil;
- Taxas de desconto (tendo em conta nomeadamente que ativos intangíveis têm um risco associado superior).

O valor de uso dos ativos tangíveis é determinado, quando existem indícios de imparidade, utilizando projeções de fluxos de caixa de orçamentos para cinco anos aprovados pela Administração e não têm em conta eventuais atividades de reestruturação relativamente às quais ainda não haja qualquer compromisso nem investimentos futuros significativos destinados a melhorar os benefícios económicos futuros que advirão da UGC que está a ser testada.

Os resultados do teste indicam que o valor recuperável dos ativos é bastante superior ao valor contabilístico.

A forma de agregar ativos para identificar as unidades geradoras de caixa não se alterou desde o último exercício.

Parte dos ativos intangíveis foram adquiridos beneficiando de subsídios do Governo.

13. Ativos em poder de terceiros

O valor do stock em poder de terceiros, a 2020.12.31, ascende a € 27 609 546, (€ 22 510 562 de Portugal e € 5 098 984 da Suíça), constituído por matéria-prima para a produção de Zebinix/Aptiom e ONgentys, por parte das empresas subcontratadas para o efeito.

14. Outras créditos a receber e outras dívidas a pagar**(a) Ativos**

	2020	2019
Outros créditos a receber	24 667 119	24 931 698
Longo prazo	24 667 119	24 931 698
EISAI	498 352	498 352
Whanin Pharm		400 000
Adiantamentos a fornecedores	17 323 781	15 249 201
Depósito caucional – Bial Itália	1 150 000	900 000
Outros	2 893 812	1 599 708
Curto prazo sem imparidade	21 865 945	18 647 261

Com vista a assegurar o plano de expansão comercial de Ongentys, a Novipharma celebrou um contrato para garantia de produção da matéria prima, alinhada com o crescimento previsto no plano estratégico. Este acordo justifica o montante registado em outros créditos a receber (€ 25,5 M - € 24,7 M MLP e € 0,8 M CP).

Está previsto o início do fornecimento de matéria-prima em 2021.

O depósito caucional – Bial Itália diz respeito ao valor cativo para eventuais incumprimentos no âmbito de concursos hospitalares.

Está constituída uma imparidade de € 4 595 874 (2019: € 134 108), referente a Portugal. A imparidade é, essencialmente, relativa a adiantamento matéria prima Bia 5 para comercialização, dado que este último projeto de investigação ainda não se encontra a ser capitalizado.

(b) Passivos

Inclui, no médio e longo prazo, € 7 549 402 de impostos diferidos passivos sobre subsídios, em conformidade com FAQ emitida pela CNC.

15. Estado e Outros Entes Públicos

	2020		2019
	Ativo	Passivo	
IRC	823 849	825 547	417 206
IRS		1 129 867	-1 068 399
IVA	2 014 447	317 413	1 398 802
Segurança Social		1 121 073	-1 052 114
Infarmed		22 778	-22 423
Outros	14 466	47 769	-276 406
TOTAL	2 852 762	3 464 446	-603 334

Não há dívidas em mora ao Estado nem à Segurança Social.

16. Diferimentos e acréscimos**(a) Ativos**

	2020	2019
Devedores por acréscimos de rendimentos	16 627 913	13 314 839
Gastos a reconhecer	2 705 256	2 328 195

O saldo de devedores por acréscimos de rendimentos inclui verbas a receber do Portugal 2020 relativas a comparticipações financeiras em projetos de investigação e desenvolvimento - € 14 901 415 (2019: € 12 369 723).

(b) Passivos

A rubrica “Outros passivos” pode ser detalhada no quadro seguinte:

	2020	2019
Remunerações a liquidar	6 332 704	5 764 947
Juros a liquidar	674 720	619 677
Outros	17 979 733	14 356 711
TOTAL	24 987 158	20 741 335

Rendimentos a reconhecer

Encontram-se registados € 7 873 909 (2019: €10 052 736), na rubrica de rendimentos a reconhecer, referentes ao Portugal 2020.

17. Financiamentos obtidos

	Médio Longo Prazo 2020	Curto Prazo 2020	TOTAL 2020	TOTAL 2019
Financiamentos bancários	47 436 524	30 639 652	78 076 176	125 948 961
BEI – Banco Europeu de Investimentos	20 000 000	3 333 333	23 333 333	31 222 947
Empréstimo obrigacionista	63 500 000	8 000 000	71 500 000	80 000 000
Outros - subsídios reembolsáveis	1 619 599	384 912	2 004 511	3 884 906
TOTAL	132 556 123	42 357 897	174 914 020	241 056 814

O Grupo possui negociados e não utilizados com diversas instituições financeiras, financiamentos, descobertos bancários e contas caucionadas no montante de € 25,5 M.

Não foram contratados empréstimos em 2020, destacando-se a significativa redução da dívida em € 66 M.

As principais garantias e condições dos contratos com os Bancos são as seguintes:

Garantias:

- Não há qualquer garantia dada por BIAL, exceto as mencionadas na nota 35.

Outras condições:

- Ownership, Pari Passu, Cross-Default e Negative pledge;
- Constituem condições de denúncia de contratos de financiamento o incumprimento das condições contratualmente definidas banco a banco.

Relativamente aos empréstimos obrigacionistas, a decomposição é a seguinte:

- 2017: € 5 000 000, com maturidade em 2021, tendo sido tomado por uma instituição bancária.
- 2018: € 60 000 000, com maturidade em 2023, sendo a cotação da Euronext Access no final do ano de € 102,15, encontrando-se acima do par (€ 100).
- 2018: € 6 500 000, com maturidade em 2022, tendo sido tomado por uma instituição bancária.

18. Fornecedores de investimentos

Na rubrica de fornecedores de investimento, € 54 608 são relativos a locações financeiras, com o seguinte detalhe:

Bem	Valor do Contrato	Início	Fim	Valor residual	Valor em dívida em 31.12.2020		
					Curto-Prazo	Médio-Longo Prazo	Total
Viatura ligeira	176 140	2017	2021	8.801	24 523	0	24 523
Viatura ligeira	117 790	2018	2022	1.901	28 176	1 909	30 085
TOTAL da rubrica de fornecedores de investimentos					52 699	1 909	54 608
					7 724 497	76 909	7 801 406

19. Provisões e Imparidades

	Saldo inicial	Aumento	Utilização	Reversão	Saldo final
Provisões devoluções de clientes - Espanha	403 179			47 117	356 062
Provisões devolução de clientes - Portugal	336 713			50 369	286 344
Provisões indemnização a agentes	34 708			7 950	26 758
TOTAL	774 601			105 436	669 164
Imparidade inventários - Portugal	164 540	331 357		37 662	458 235
Imparidade inventários - Espanha	247 615			19 038	228 577
Subtotal	412 156	331 357		56 700	686 813
Imparidade clientes - Portugal	139 514	332 486			472 000
Imparidade outros devedores - Portugal	134 108	4 561 766		100 000	4 595 874
Imparidade clientes - Moçambique	49 046		11 996		37 050
Imparidade clientes - Angola	114 431	110 301			224 732
Subtotal	437 100	5 004 553	11 996	100 000	5 329 657
TOTAL	849 256	5 335 910	11 996	156 700	6 016 469

Constituição de imparidade de € 4,6 M relativa a adiantamento matéria-prima Bia 5 para comercialização, dado que este último projeto de investigação ainda não se encontra a ser capitalizado.

20. Vendas e serviços prestados

A atividade consolidada do Grupo BIAL foi repartida pelas seguintes áreas geográficas:

MERCADOS:	2020		2019	
	VENDAS	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	VENDAS	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS
Espanha	86 616 512		84 343 507	
Portugal	60 036 961	10 990 960	57 956 081	7 602 856
Estados Unidos e Canadá	71 620 361	18 429 783	57 376 055	8 848 774
Alemanha	17 011 568		13 358 775	
Moçambique	7 800 362	145 741	8 963 127	150 730
Itália	9 636 301		8 042 976	
Angola	3 702 310		6 446 246	
França	3 520 452	5 439	5 132 634	2 720
Reino Unido	4 335 747	42 208	3 872 994	193 214
Japão	10 467 767	8 600 000	710 777	12 900 000
Suíça	134 339			
Externo (Resto da Europa)	5 341 991		4 787 957	182 085
Externo (Resto do Mundo)	11 144 427	126 945	9 831 418	1 800 000
TOTAL	291 369 098	38 341 075	260 822 546	31 680 379

Em 2020 encontram-se contabilizados na rubrica de prestação de serviços (mercado externo) os “milestones” de licenciamento de BIA 9 para o Japão (€ 8,6 M) e para os EUA (20 M USD). Existem ainda “milestones” de licenciamento de BIA 9 para Taiwan (€ 0,1 M). As prestações de serviços no mercado nacional referem-se, essencialmente, à promoção de medicamentos comercializados por outras empresas.

Em 2019 encontram-se contabilizados na rubrica de prestação de serviços (mercado externo) os “milestones” de licenciamento de BIA 9 para o Japão (€ 12,9 M) e para os EUA (10 M USD). Existem ainda “milestones” de licenciamento de BIA 9 para a Coreia do Sul (€ 1,5 M) e para Taiwan (€ 0,3 M). As prestações de serviços no mercado interno referem-se, essencialmente, à promoção de medicamentos comercializados por outras empresas.

21. Subsídios à exploração

Inclui a comparticipação para despesas realizadas no âmbito do Portugal 2020 – projetos de investigação e desenvolvimento em novos medicamentos, cujo contrato foi assinado em 2019/12/20 e comparticipa despesas realizadas no período de 2018-2021.

22. Trabalhos para a própria entidade

PROJETOS DESENVOLVIMENTO	2020	2019
Portugal	0	133 931
TOTAL	0	133 931

Esta rubrica refere-se a projetos de desenvolvimento, efetuados internamente pelas empresas do grupo, e que são capitalizadas em ativo intangível. A mensuração é efetuada ao custo e inclui materiais, mão-de-obra direta e gastos gerais de fabrico imputados tendo por base a capacidade normal de produção.

23. Demonstração do custo das mercadorias e das matérias consumidas

MOVIMENTOS	MAT. PRIMAS, SUBSID. E DE CONSUMO	MERCADORIAS	TOTAL	2019
Existências iniciais	32 498 837	8 882 432	41 381 269	46 164 746
Compras	57 265 078	52 501 266	109 766 344	62 575 119
Regularização existências	-1 125 680	-111 667	-1 237 346	-1 192 956
Existências finais	-56 073 275	-16 292 477	-72 365 752	-41 381 269
Custos no exercício	32 564 961	44 979 554	77 544 515	66 165 640

O valor global de existências em poder de terceiros, à data de 31.12.2020, é de € 27 609 546 (2019: € 20 212 860).

24. Fornecimentos e serviços externos

	2020	2019
Publicidade e propaganda	17 963 676	22 381 863
Trabalhos especializados (ver nota 31)	35 527 016	33 687 054
Honorários	15 927 691	12 201 123
Combustíveis	765 411	1 373 639
Transportes de mercadorias	789 068	708 046
Rendas e alugueres	3 643 488	3 542 107
Deslocações e estadas	2 794 411	5 360 034
Royalties	14 952 480	14 268 298
Conservação e reparação	1 024 625	1 071 867
Comissões	1 428 273	1 417 756
Outros	6 364 503	4 029 014
TOTAL	101 180 642	100 040 801

Fruto da pandemia Covid 19, houve uma redução significativa dos custos de deslocações e estadas, combustíveis, bem como atividades de promoção (publicidade e propaganda).

25. Gastos com pessoal

	2020	2019
Remunerações dos órgãos sociais	3 050 764	2 982 321
Remunerações do pessoal	45 564 735	40 747 476
Encargos sociais	10 467 847	9 583 866
Outros gastos com pessoal	3 261 803	3 309 185
TOTAL	62 345 149	56 622 848

O número de empregados, a 31.12.2020, das empresas incluídas na consolidação é de 868 (2019: 829), repartidos da seguinte forma:

EMPRESA:	EMPREGADOS
BIAL Holding, SA	3
BIAL - Portela & C ^a , S.A.	438
MediBIAL, S.A.	14
InterBIAL, S.A.	34
BIALport, S.A.	61
BIAL Consumer Health, S.A.	11
Laboratórios BIAL, S.A. (Espanha)	152
BIAL Deutschland GmbH	42
BIAL Pharma UK Limited	18
BIAL Itália, S.R.L	23
Novipharma, S.A. (Suíça)	3
BIAL, S.A. (Suíça)	4
Medimport, Lda (Moçambique)	33
BIAL América Latina, S.A.	3
BIAL Angola, S.A.	14
Bureau représentation Costa do Marfim	8
BIAL - Biotech Investments Inc	7
TOTAL	868

Em 31.12.2020 o valor das dívidas a receber do pessoal é de € 158 (2019: € 2 634).



26. Imparidades, reduções de justo valor, provisões e reversões

	2020	2019
Imparidade clientes Portugal	332 486	10 159
Imparidade Outros Devedores Portugal	4 561 766	100 000
Imparidade inventários Portugal	331 357	62 965
Imparidade inventários Espanha		147 853
Imparidade clientes Moçambique		44 560
Imparidade clientes Angola	179 652	114 431
Perdas por imparidade	5 405 261	479 969
Reversão/(Imparidade) para patentes Portugal	17 127	37 716
Imparidade ativo intangível (nota 12)	2 275 268	2 275 268
Imparidade /Reversão de ativos depreciables/amortizáveis	2 292 395	2 312 984
Reversão de imparidade inventários Portugal	37 662	105 754
Reversão da provisão devolução de clientes Portugal	50 369	15 559
Reversão de imparidade de clientes Espanha	47 117	
Reversão de imparidade inventários Espanha	19 038	
Reversão de imparidade de outros devedores Portugal	100 000	
Reversão da provisão fundo de pensões Itália	7 950	
Reversões	254 187	121 313
Provisão devolução de clientes Portugal		
Provisão devolução de clientes Espanha		
Provisões litígios laborais - BIAL Espanha		
Provisão fundo de pensões Itália		16 051
Provisões		16 051

27. Outros rendimentos

	2020	2019
Rendimentos suplementares	2 664 275	3 011 926
Descontos p.p. obtidos	6 947	10 858
Rendimentos e ganhos investimentos não financ.	75 779	427 339
Diferenças de câmbio favoráveis	2 503 197	1 674 185
Correções relativas a exerc. Ant.	69 897	533 284
Excesso da estimativa /Recuperação de Impostos	487 020	764 130
Imputação de subsídios para investimentos	3 597 063	3 423 420
Outros	179 838	533 884
	9 584 016	10 379 026

Os subsídios para investimentos referem-se à comparticipação para despesas realizadas no âmbito de projetos de investigação e desenvolvimento em novos medicamentos, considerando a respetiva imputação proporcional à amortização dos investimentos subsidiados.

Inclui € 487 020 referentes a uma recuperação de IRC referente a 2017, após uma decisão favorável do CAAD – Centro de Arbitragem Administrativa.

28. Outros gastos

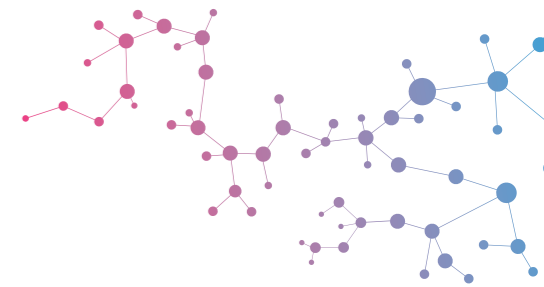
	2020	2019
Impostos	5 406 655	3 940 959
Descontos de p.p. concedidos	282 976	402 658
Perdas em inventários	255 857	897 012
Gastos e perdas em investimentos não financ.	177 417	281 161
Correções relativas a exercícios anteriores	298 137	313 371
Donativos	3 151 366	2 488 980
Quotizações	288 959	289 427
Ofertas e amostras de inventários	287 148	208 738
Insuficiência de estimativa para impostos	30 185	45 278
Despesas de propriedade industrial	1 114 704	1 242 202
Multas e penalidades	16 417	1 941 527
Diferenças cambiais	9 006 343	3 149 774
Outros	913 219	1 828 760
	21 229 384	17 029 846

As “Perdas em inventários” dizem respeito a destruição de produto acabado por prazo de validade (devoluções de clientes) e quebras ocorridas durante o processo produtivo.

Destaque do reforço de Donativos, onde para além dos € 2,5 M de donativo à Fundação Bial para apoio à ciência e projetos de Investigação, foi também aprovado fundo de € 0,5 M para apoio a instituições mais afetadas com a pandemia Covid 19.

As perdas cambiais líquidas ascenderam a € 6,5 M, estando concentradas em 3 empresas do Grupo - Bial Portela (€ 2,3 M), Medimport (€ 2,3 M) e Novipharma (€ 1,8 M).

No segundo semestre foi decidido efetuar cobertura natural, nomeadamente em USD, havendo um montante significativo de disponibilidades expressas nesta moeda e que serão utilizadas em atividades de I&D do novo projeto nos Estados Unidos.



29. Juros e rendimentos/gastos similares

	2020	2019
Juros e gastos similares suportados:		
Juros suportados	4 745 930	5 974 762
Outros custos e perdas financeiros	1 068 378	2 153 640
	5 814 308	8 128 402
Resultados financeiros	-5 746 359	-7 730 666
	67 949	397 736
Juros e rendimentos similares obtidos:		
Juros obtidos	66 992	207 184
Outros rendimentos similares	957	190 552
	67 949	397 736

Redução dos custos financeiros em € 1,8 M, motivada pela redução da dívida em cerca de € 66 M, redução do custo da dívida "all in" e revisão do contrato de factoring.

30. Crédito fiscal à investigação e desenvolvimento

- Crédito fiscal de 2014 de investigação e desenvolvimento	8.056.567
- Crédito fiscal de 2015 de investigação e desenvolvimento	8.557.599
- Crédito fiscal de 2016 de investigação e desenvolvimento	7.957.819
- Crédito fiscal de 2017 de investigação e desenvolvimento	7.361.819
- Crédito fiscal de 2018 de investigação e desenvolvimento	9.803.900
- Crédito fiscal de 2019 de investigação e desenvolvimento	7.011.093
- Crédito fiscal de 2020 de investigação e desenvolvimento	6.886.676
Saldo a Transitar	55.635.474

Nota: Os créditos fiscais de 2019 e 2020 estão pendentes de aprovação pela Comissão Certificadora para os Incentivos Fiscais à I&D Empresarial.

31. Investimentos em Investigação e Desenvolvimento

	2020	2019
Projetos de I&D (ativo intangível)	2 406 095	5 536 927
Ativo tangível	1 220 059	1 573 937
Gastos com pessoal	11 816 984	10 406 780
Fornecimentos e serviços diretamente relacionados com atividades de I&D	28 283 237	26 490 675
Outros Gastos	711 804	1 113 083
Investimento total	44 438 179	45 121 402

O Grupo aumentou o nível de investimento em I&D, devido essencialmente ao investimento efetuado nos Estados Unidos da América. O investimento foi menor do que o previsto porque houve atrasos na realização de alguns projetos nos países em que o Grupo Bial tem ensaios clínicos a decorrer devido ao impacto da pandemia Covid-19.

A empresa registou, adicionalmente, os seguintes gastos relativos à atividade de investigação e desenvolvimento:

	2020	2019
Amortizações	21 927 890	21 524 013
Imparidade / (Reversão) - BIA2	-2 292 394	-2 275 268
Prestação de serviços (milestones)	-27 969 783	-20 608 774
Total	-8 334 287	-1 360 030

32. Locações**(a) Locações financeiras**

A empresa possui contratos de locação financeira para ativos do equipamento básico e equipamento de transporte. Estes contratos têm opções de compra. Os ativos locados não podem ser sujeitos a sublocação.

A quantia inicial escriturada dos bens em regime de locação financeira, para cada categoria de ativo, consta da nota 18.

(b) Locações operacionais

Os contratos de locação operacional em que a empresa é locatária referem-se a viaturas colocadas à disposição de Administradores e colaboradores.

Os contratos não contêm cláusulas de opção de compra.

A empresa tem por política proceder à efetiva substituição das viaturas no fim dos contratos que têm uma duração de 4 anos.

Não há restrições impostas por contratos de locação operacional.

33. Risco financeiro

No Grupo Bial, os principais passivos financeiros são os empréstimos obtidos junto de instituições bancárias e as contas a pagar a fornecedores de matérias primas e aos laboratórios que prestam os serviços de I&D. Os passivos financeiros são incorridos com a finalidade de financiar as operações do Grupo, nomeadamente o seu fundo de maneo e os investimentos de I&D.

Os ativos financeiros decorrem das operações e são constituídos por contas a receber de clientes e outros devedores e caixa e depósitos de curto prazo.

Os riscos financeiros a que o Grupo Bial está exposto podem resumir-se em (i) risco de mercado essencialmente relacionado com as alterações da taxa de juro e de câmbio, (ii) risco de crédito e (iii) risco de liquidez.

O principal objetivo do Grupo Bial é o de reduzir estes riscos a um nível aceitável.

Risco de mercado

O risco de mercado é o risco do justo valor dos cash-flows futuros flutuar em função de alterações de mercado.

Risco de câmbio

O Grupo está de uma forma crescente mais exposto ao risco cambial, dado os mercados em que atua. Para mitigar esse risco, foram implementados mecanismos de cobertura natural e fixação cambial, tendo sempre em conta as necessidades de divisas do Grupo.

Em 2020, para além da utilização da cobertura natural recebimentos/pagamentos, iniciou-se também a realização de contratos forward, para os valores excedentários

Nas contas a receber e nas contas a pagar comerciais, existem saldos expressos em moeda diferente do Euro, tal como a seguir discriminado:

Clientes:

Moeda	Montante
CHF	133 735
USD	612 254

Fornecedores de Investimento:

Moeda	Montante
AUD	19 848
USD	1 588 645
GBP	88 625

Fornecedores:

Moeda	Montante
AOA	65 218 740
AUD	20 337
CAD	70 806
CHF	3 406 320
GBP	2 442 672
JPY	47 625 500
MZM	489 142 960
SEK	70 000
USD	3 100 504

Outros créditos a receber

Moeda	Montante
GBP	5 212 602
CHF	9 239 230

Risco de crédito

O risco de crédito no Grupo Bial é o risco dos seus clientes não cumprirem com as suas obrigações.

O controlo deste risco é exercido com base em informação interna e externa recolhida, na qual se define a aprovação do crédito a conceder. A Direção Financeira efetua o controlo dos plafonds estabelecidos e/ou a estabelecer.

O Grupo não tem concentrações de risco de crédito significativas. Tem políticas que asseguram que as vendas são efetuadas a clientes com um histórico de crédito apropriado.

O Grupo tem políticas que limitam o montante de crédito e efetua contratação de seguro de crédito para os clientes que apresentam risco moderado ou alto.

Apesar de existirem atrasos na liquidação de saldos, tal não significa, com base na informação existente e nos dados históricos de cada cliente, que seja de reconhecer imparidades para além das já registadas. A 31 de dezembro de 2020 não existem indicações de que não serão cumpridos os prazos normais de recebimento relativamente aos valores incluídos em clientes não vencidos e para os quais não existe imparidade registada.

Risco de liquidez

O risco de liquidez é o risco que uma entidade venha a encontrar dificuldades para satisfazer compromissos associados aos passivos financeiros e compromissos assumidos, e num eventual contexto de crise financeira

com restrições maiores ao crédito e tendo em conta a opção estratégica de continuar a executar o plano de I&D ao mesmo ritmo dos últimos anos, Bial pode ficar exposto a este risco.

Atendendo à atual situação financeira da Grupo, a sua capacidade de geração de Free Cash Flow e excedente de disponibilidades, entende-se que este risco se encontra mitigado.

Outros riscos operacionais

- Risco regulatório

O mercado farmacêutico é regulamentado pelo Infarmed na sua componente técnica e científica, assim como na área de preços e comparticipações pelo SNS.

Nos últimos anos têm sido várias as alterações legislativas, salientando-se a que respeita à prescrição por designação comum internacional (Lei n.º 11/2012, que estabelece novas regras de prescrição e dispensa de medicamentos, procedendo à sexta alteração ao regime jurídico dos medicamentos de uso humano, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 176/2006, de 30 de Agosto, e à segunda alteração à Lei n.º 14/2000, de 8 de Agosto).

Por outro lado, destaca-se a nova metodologia de determinação de preços de venda ao público, base na definição de países de referência.

Os custos do SNS com o reembolso de medicamentos também registaram um decréscimo nos últimos anos, no âmbito do acordo entre a associação do sector, Apifarma, e o Ministério da Saúde.

No caso do limite de validade dos produtos, estes são definidos de acordo com as características de cada medicamento. As devoluções por prazo expirado são residuais, dada a gestão eficaz do circuito de venda, assim como as quebras por prazo expirado antes de comercialização, face à gestão de stocks eficaz adotada por BIAL.

No caso de sinistros é prática da empresa e das suas participadas a contratação de seguros em todas as áreas e pelos valores considerados suficientes.

34. Qualidade e Ambiente

Bial - Portela & Cª, S.A. encontra-se certificada pelas normas ISO 9001:2015 (Sistema de Gestão da Qualidade), ISO 14001:2015 (Sistema de Gestão Ambiental) e OHSAS 18001:2007/ NP 4397:2008 (Sistema de Gestão da Segurança e Saúde do Trabalho), tendo definido como objetivos prioritários no Plano Estratégico a três anos, os seguintes:

- Efetuar as alterações adequadas na estrutura corporativa para garantir a otimização do suporte aos desafios de crescimento da organização;
- Consolidar a política de Qualidade Total, Saúde e Segurança, bem como de Proteção Ambiental em todas as áreas do grupo;

- Produzir com alto padrão de Qualidade, respeitando o Meio Ambiente, a Saúde e a Segurança de todos os funcionários em conformidade com as GMP;
- Garantir a correta monitoração de processos e indicadores utilizados na avaliação de desempenho, definindo ações e mudanças estruturais para garantir que os objetivos planejados sejam alcançados;
- Fortalecer a gestão por objetivos para envolver todos os colaboradores na maior produtividade e qualidade de produtos e serviços, bem como na satisfação do cliente;
- Manter as certificações e autorizações existentes e aumentar o nível de implementação das GxP, trabalhando para alcançar o nível de Excelência.

De referir que os custos relativos à gestão ambiental com a Valormed são de € 28 787 (2019: € 32 121). A Valormed é a entidade responsável pela recolha de medicamentos e embalagens junto das Farmácias.

Os custos com encaminhamento de resíduos ascenderam a € 54 824 (2019: € 32 525).

A Qualidade é, no grupo BIAL, um objetivo estratégico primordial, tendo sido significativa a sua evolução nos últimos anos. Em termos internacionais, BIAL deverá marcar presença entre as principais empresas e, para atingir esse objetivo, deverá continuar a investir na formação e sensibilização dos seus colaboradores para a Qualidade, Saúde e Segurança no Trabalho e Ambiente.

35. Garantias prestadas

Beneficiário	Tipo de garantia	Valor
BEI	Financiamento Bancário (BEI)	9 000 000
BEI	Financiamento Bancário (BEI)	9 000 000
BEI	Financiamento Bancário (BEI)	8 000 000
BEI	Financiamento Bancário (BEI)	6 666 667
Roxall Medizin, Gmbh	Contrato de compra e venda	2 500 000
IAPMEI	COMPETE - Projeto 30027	201 237
IAPMEI	COMPETE - Projeto 30028	130 402
Agenzia Regionale Intercent-ER	Fornecimento de Medicamentos	100 254
Regione Lazio e Aziende Sanitarie	Fornecimento de Medicamentos	97 020
ESTAR	Fornecimento de Medicamentos	91 905
AZIENDA ZERO	Fornecimento de Medicamentos	81 497
SO.RE.SA. S.P.A.	Fornecimento de Medicamentos	80 631
IAPMEI	COMPETE - Projeto 30026	75 001
A.Li.Sa.	Fornecimento de Medicamentos	60 377
Regione Autonoma della Sardegna	Fornecimento de Medicamentos	50 586
MEDIMOC, S.A.R.L	Fornecimento de Medicamentos	39 885
A.U.S.L.UMBRIA 1 Via Guerra 21/17	Fornecimento de Medicamentos	37 256
INNOVAPUGLIA S.P.A.	Fornecimento de Medicamentos	33 815
Regione Siciliana - Uff. Speciale	Fornecimento de Medicamentos	25 979
CUC FVG – SOGGETTO AGGREGATORE	Fornecimento de Medicamentos	17 076
S.C.R. - Piemonte S.p.A.	Fornecimento de Medicamentos	16 709
CAMARA MUNICIPAL MAIA	Caução de obras públicas	14 964
Emprofac - Empresa Nac. Prod. Farma	Fornecimento de Medicamentos	10 273
A.R.I.C.	Fornecimento de Medicamentos	10 246
SORESA S.p.A.	Fornecimento de Medicamentos	10 077
EMPROFAC	Fornecimento de Medicamentos	9 355
Emprofac - Empresa Nac. Prod. Farma	Fornecimento de Medicamentos	9 199
SAMES MINISTRY HEALTH	Fornecimento de Medicamentos	6 453
MEDIMOC, S.A.R.L	Fornecimento de Medicamentos	4 564
IGIF	Fornecimentos	3 315
Regione Abruzzo	Fornecimento de Medicamentos	2 587
Azienda Sanitaria Unica Regionale	Fornecimento de Medicamentos	1 933
AZIENDA SANITARIA PROVINCIALE DI	Fornecimento de Medicamentos	1 844
SERVICO AUT. MEDICAMENTU SAUDE	Fornecimento de Medicamentos	1 363
AZ. SANITARIA PROVINCIALE TRAPANI	Fornecimento de Medicamentos	1 229
AZIENDA SANITARIA PROVINCIALE DI	Fornecimento de Medicamentos	1 229
ASP AGRIGENTO	Fornecimento de Medicamentos	1 116
SERVICO AUT. MEDICAMENTU SAUDE	Fornecimento de Medicamentos	726
BANCO NACIONAL COMERCIO TIMOR LEST	Fornecimento de Medicamentos	706
A.R.N.A.S. Ospedali Civico	Fornecimento de Medicamentos	307

36. Acontecimentos após a data do balanço

Não há acontecimentos após a data do balanço que possam influenciar a apresentação e interpretação das presentes demonstrações financeiras.

37. Divulgações exigidas por diplomas legais

Não existem operações não incluídas no Balanço pelo que não há lugar à divulgação da respetiva natureza, objetivo comercial, impacto financeiro ou riscos e benefícios.

Trofa, 2021.03.25

O DIRETOR FINANCEIRO E CC

SANDRA COSTA

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA EMPRESA-MÃE (BIAL HOLDING, S.A.)

LUÍS PORTELA | **Presidente**

ANTÓNIO PORTELA | **CEO**

RICHARD PILNIK | **Vogal**

ISABEL MORGADO | **Vogal**

JOSÉ REDONDO | **Vogal**

MIGUEL PORTELA | **Vogal**

SOARES da SILVA | **Vogal**

JOSÉ BASTOS | **Vogal**



Ernst & Young
Audit & Associados - SROC, S.A.
Avenida da Boavista, 36, 3º
4050-112 Porto
Portugal

Tel: +351 226 002 015
Fax: +351 226 000 004
www.ey.com

Certificação Legal das Contas

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras consolidadas anexas de Bial - Holding, S.A. (o Grupo), que compreendem o Balanço Consolidado em 31 de dezembro de 2020 (que evidencia um total de 554.115.868 euros e um total de capital próprio de 281.631.857 euros, incluindo um resultado líquido atribuído aos detentores de capital do Grupo, de 41.642.099 euros), a Demonstração Consolidada dos Resultados por Naturezas, a Demonstração Consolidada das Alterações no Capital Próprio e a Demonstração Consolidada dos Fluxos de Caixa relativas ao ano findo naquela data, e o anexo que inclui um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira consolidada de Bial - Holding, S.A. em 31 de dezembro de 2020 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa consolidados relativos ao ano findo naquela data, de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas" abaixo. Somos independentes das entidades que compõem o Grupo nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras consolidadas

O órgão de gestão é responsável pela:

- ▶ preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa do Grupo de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- ▶ elaboração do Relatório Consolidado de Gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- ▶ criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras consolidadas isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro;
- ▶ adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- ▶ avaliação da capacidade do Grupo de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Sociedade Anónima - Capital Social 1.325.000 euros - Inscrição n.º 178 na Ordem dos Revisores Oficiais de Contas - Inscrição N.º 20161480 no Conselho do Mercado de Valores Mobiliários
Código de Registo N.º 505 968 283 - C. R. Comercial de Lisboa sob o mesmo número - Sede: Av. da República, 90 - 6.º - 1600-206 Lisboa
A member firm of Ernst & Young Global Limited



Bial - Holding, S.A.
Certificação Legal das Contas
31 de dezembro de 2020

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- ▶ identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras consolidadas, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- ▶ obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno do Grupo;
- ▶ avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- ▶ concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade do Grupo para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que o Grupo descontinue as suas atividades;
- ▶ avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras consolidadas, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e os acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- ▶ obtemos prova de auditoria suficiente e apropriada relativa à informação financeira das entidades ou atividades dentro do Grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela orientação, supervisão e desempenho da auditoria do Grupo e somos os responsáveis finais pela nossa opinião de auditoria; e
- ▶ comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do Relatório Consolidado de Gestão com as demonstrações financeiras consolidadas.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o Relatório Consolidado de Gestão

Dando cumprimento ao artigo 451, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o Relatório Consolidado de Gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor e a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras consolidadas auditadas e, tendo em conta o conhecimento e a apreciação sobre o Grupo, não identificámos incorreções materiais.

Porto, 30 de março de 2021

Ernst & Young Audit & Associados - SROC, S.A.
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas
Representada por:

Rui Manuel da Cunha Vieira - ROC n.º 1154
Registado na CMVM com o n.º 20160766

2/2



Ernst & Young
Audit & Associados - SROC, S.A.
Avenida da Boavista, 36, 3º
4050-112 Porto
Portugal

Tel: +351 226 002 015
Fax: +351 226 000 004
www.ey.com

Relatório e Parecer do Fiscal Único

Senhores Acionistas,

Em cumprimento do disposto no artigo 420 al. g) conjugado com o artigo 508-D n.º 1 do Código das Sociedades Comerciais, compete-nos emitir o relatório anual sobre a nossa ação fiscalizadora e dar parecer sobre o Relatório de Gestão Consolidado e as Demonstrações Financeiras Consolidadas apresentados pelo Conselho de Administração de Bial - Holding, S.A., referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

No decurso do exercício, acompanhámos a atividade da empresa tendo efetuado os seguintes procedimentos:

- ▶ Verificámos, com a extensão considerada necessária, os registos contabilísticos e documentos que lhes servem de suporte;
- ▶ Verificámos, quando julgámos conveniente, da forma que julgámos adequada e na extensão considerada apropriada, a existência de bens ou valores pertencentes à sociedade ou por ela recebidos em garantia, depósito ou outro título;
- ▶ Verificámos que a definição do perímetro de consolidação e as operações de consolidação efetuadas estão de harmonia com o estabelecido nas normas de consolidação aplicáveis;
- ▶ Verificámos a adequacidade dos documentos de prestação de contas consolidadas;
- ▶ Verificámos que as políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos adotados nas contas consolidadas conduzem a uma adequada apresentação do património e dos resultados do Grupo no qual a sociedade é a empresa-mãe;
- ▶ Confirmámos que o Relatório de Gestão Consolidado, o Balanço Consolidado, a Demonstração Consolidada dos Resultados por Naturezas, a Demonstração Consolidada das Alterações no Capital Próprio, a Demonstração Consolidada dos Fluxos de Caixa e o Anexo consolidado, satisfazem os requisitos legais aplicáveis;
- ▶ Averiguámos da observância pelo cumprimento da lei e do contrato de sociedade; e
- ▶ Cumprimos as demais atribuições constantes da lei.

No decurso dos nossos atos de verificação e validação que efetuámos com vista ao cumprimento das nossas obrigações de fiscalização, obtivemos do Conselho de Administração e dos Serviços as provas e os esclarecimentos que consideramos necessários.

No âmbito do trabalho de revisão legal de contas que efetuámos foi emitida, nesta data, a correspondente Certificação Legal das Contas sobre as contas consolidadas, sem reservas e sem ênfases.

Face ao exposto decidimos emitir o seguinte parecer:

Sociedade Anónima - Capital Social 1.335.000 euros - Inscrição n.º 178 na Ordem dos Revisores Oficiais de Contas - Inscrição N.º 20161480 na Comissão do Mercado de Valores Mobiliários
Contribuinte N.º 505 988 283 - C. R. Comercial de Lisboa sob o mesmo número - Sede: Av. da República, 90 - 6.º - 1600-206 Lisboa
A member firm of Ernst & Young Global Limited



Ernst & Young
Audit & Associados - SROC, S.A.
Avenida da Boavista, 36, 3º
4050-112 Porto
Portugal

Tel: +351 226 002 015
Fax: +351 226 000 004
www.ey.com

Parecer do Fiscal Único

Senhores Acionistas,

Procedemos à ação de fiscalização de Bial - Holding, S.A., nos termos do artigo 420 conjugado com o artigo 508-D n.º 1 do Código das Sociedades Comerciais, em resultado da qual somos de parecer que:

- (a) O Relatório de Gestão Consolidado do exercício de 2020 satisfaz os requisitos previstos no Código das Sociedades Comerciais; e
- (b) O Balanço Consolidado, a Demonstração Consolidada dos Resultados por Naturezas, a Demonstração Consolidada das Alterações no Capital Próprio, a Demonstração Consolidada dos Fluxos de Caixa e o Anexo Consolidado do exercício de 2020, satisfazem os requisitos legais e contabilísticos aplicáveis.

Porto, 30 de março de 2021

O Fiscal Único

Ernst & Young Audit & Associados - SROC, S.A.
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas
Representada por:


Rui Manuel da Cunha Vieira - ROC n.º 1154
Registado na CMVM com o n.º 20160766

Sociedade Anónima - Capital Social 1.335.000 euros - Inscrição n.º 178 na Ordem dos Revisores Oficiais de Contas - Inscrição N.º 20161480 na Comissão do Mercado de Valores Mobiliários
Contribuinte N.º 505 988 283 - C. R. Comercial de Lisboa sob o mesmo número - Sede: Av. da República, 90 - 6.º - 1600-206 Lisboa
A member firm of Ernst & Young Global Limited